

4.

Ars historica como arte da prudência.

Quando eu considero a quantidade e a variedade dos acidentes, das enfermidades, do acaso e da violência a que a vida do homem é submetida e quantas coisas devem concorrer no ano para que a colheita seja boa, não há nada que me espante mais que ver um homem velho, um ano fértil (Francesco Guicciardini. *Ricordi*, máxima 161).

4.1

Uma construção de fatos e palavras.

Tucídides: sobre a distinção entre logos e ergon e o procedimento da autópsia. O princípio da utilidade: Tucídides e Políbio. O tratamento latino para a tensão entre res e verba. Os preceitos da ars historica no De Oratore. A história como monumento da virtus: Salústio e Tito Lívio.

Embora a história – entendida como prática de inquirição sobre as grandes e memoráveis obras dos homens calcada numa "atitude crítica com relação ao registro de acontecimentos",¹ cujo propósito central seria o de salvar os feitos humanos do esquecimento –² tenha não apenas surgido na Grécia do V século como alcançado, com Heródoto e Tucídides, sua maior expressividade no mundo antigo, a discussão acerca da concepção retórica de história predominante na Antiguidade deve dar atenção especial às reflexões de Cícero no livro II do diálogo *De Oratore*, isto porque os gregos jamais chegaram a definir a história como um gênero retórico-poético. Porém, antes de discutir os preceitos ciceronianos sobre a escrita da história, dedicarei algumas páginas à análise da tensão entre *logos* e *ergon* na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides, assim como ao exame da concepção de autópsia e do privilégio do testemunho ocular sobre os relatos orais predominantes entre os historiadores gregos, como

¹ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*, p.55. Segundo Santo Mazzarino, esta atitude crítica era, ao mesmo tempo, profundamente religiosa. Cf. MAZZARINO, Santo. *Il pensiero storico classico*, vol. I, p.207.

² Cf. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*, p.22; CANFORA, Luciano. *La storiografia greca*, pp. 26-43.

forma de introduzir a discussão acerca da definição ciceroniana da história como *exaedificatio in rebus et verbis*.

Como nota Charles Fornara, a nomenclatura “historiador” era bastante imprecisa na Antiguidade, podendo ser atribuída a escritores de textos em prosa que lidavam com “aspectos da atividade humana e heróica no tempo passado”.³ Havia, segundo o autor, cinco tipos básicos de abordagem dos feitos de outras épocas: genealogia, etnografia, história, história local e cronografia.⁴ A história, nesse sentido mais estrito, era compreendida como a descrição das ações humanas passadas – em suas acepções latinas, *expositio rerum gestarum*, *memoria rerum gestarum* ou simplesmente *historia* –, diferenciando-se da “história local” (próxima dos anais) por não se constituir necessariamente como registro ano a ano dos acontecimentos da *polis* desde sua fundação. Os limites e fronteiras entre as referidas formas de relato eram tênues, e os próprios gregos não demonstravam muito interesse em delimitar as particularidades de cada uma. Apenas Aristóteles será mais específico a esse respeito, ao diferenciar, na *Poética*, a história da poesia.⁵

Na abertura da *História da Guerra do Peloponeso* lê-se que “Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como guerrearam uns contra os outros”.⁶ Escrever a guerra é diferente de escrever *sobre* a guerra; trata-se de uma maneira peculiar de conceber a relação entre *logos* e *ergon*, palavra⁷ e feito, pela simultânea constatação de uma “dificuldade de chegar à realidade das coisas”⁸ inerente ao *logos* e da possibilidade de reduzir a equivocidade do relato a um mínimo, pelo recurso ao testemunho ocular – não os *logoí* dos que se arrogam suspeitas observações, mas as considerações do *phronimos*, homem diligente e prudente, o próprio Tucídides de Atenas, testemunha dos acontecimentos mais

³ FORNARA, Charles. *The Nature of History in Ancient Greece and Rome*, p.3, nota 8.

⁴ Cf. Idem. *Ibid.*, p.1.

⁵ Cf. ARISTÓTELES. *Poética*, IX, p.28.

⁶ TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, I, 1, p.3. Emprego aqui a tradução de Jacyntho Lins Brandão. In: HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*, p.57.

⁷ Emprego o vocábulo “palavra”, aqui, para caracterizar aquilo que Jacques Derrida chamou de privilégio da *phoné*, em sua relação direta com o *logos*: “Tal como mais ou menos implicitamente determinada, a essência da *phoné* estaria imediatamente próxima daquilo que, no ‘pensamento’ como *logos*, tem relação com o ‘sentido’; daquilo que o produz, que o recebe, que o diz, que o ‘reúne’. [...] Entre o ser e a alma, as coisas e as afeções [*affection*], haveria uma relação de tradução ou de significação natural; entre a alma e o *logos*, uma relação de simbolização convencional. E a *primeira* convenção, a que se referiria imediatamente à ordem da significação natural e universal, produzir-se-ia como linguagem falada”. DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*, p.13.

grandiosos e memoráveis que tiveram lugar na Hélade desde o fim da guerra de Tróia e por isso mesmo apto a elidir em sua exposição todo e qualquer desnível entre o que aconteceu e o que é apresentado discursivamente, compondo uma narrativa que é ela própria a *presença* da guerra, segundo o ideal do rigor (*akríbeia*).⁹

Como percebe Adam Milman Parry, a distinção entre *logos* e *ergon* constituiu uma característica central do “pensamento” grego, fazendo-se presente já em Homero e sendo percebida de maneiras particulares na poesia – onde ambas as categorias conformam aspectos dessemelhantes porém igualmente significativos da experiência humana –, na tradição popular – entendimento dos *erga* como “realidade inquestionável” e condenação dos *logoi* como puramente delusórios –, e na filosofia – especialmente em Parmênides e Heráclito, correspondendo o *logos* à “realidade verdadeira” e sendo o mundo sensível visto como simples “aparência ilusória”.¹⁰ Ainda segundo Parry, o capítulo 22 do livro I da *História da Guerra do Peloponeso* marca a primeira vez em que a distinção *logos* / *ergon* ocorre no texto de Tucídides.¹¹ Diz o ateniense na referida passagem:

Quanto aos feitos realizados na guerra, decidi escrever não recolhendo informações junto de qualquer um, nem como me pareciam ser, mas os que eu próprio presenciei, tendo ainda checado cada um deles, com a maior exatidão possível, junto de outros. Com muito trabalho eles se descobriam, porque os presentes a cada um dos feitos não diziam as mesmas coisas sobre os mesmos, mas de acordo com a simpatia ou lembrança que tinham.¹²

⁸ PARRY, Adam Milman. *Logos and ergon in Thucydides*, p.103.

⁹ Cf. MAZZARINO, Santo. *Op. cit.*, p. 250.

¹⁰ PARRY, Adam Milman. *Op. cit.*, pp. 15-16. “To understand its development properly, we must take account of three strands of thought in Greek literature of this period. These strands are often intertwined, and they do not appear with equal consistency throughout the period in question. Yet they can legitimately be considered as distinct attitudes toward a similar problem. One is a literary strand: that is, it appears first in the poets. Its tendency is to regard *logos* and *ergon*, or equivalents thereof, as differing but positive constituents of human experience. The second is popular. It appears first in Solon, then in the earliest comic writers. There is reason to think that it was common coin in the Vth century. It is simple and ethical, placing value on *ergon* as unquestioned reality, and condemning *logos* as something purely delusive. The third is philosophical, appearing first in Parmenides and – though less clearly – in Heraclitus. It regards *logos* as true reality, and puts in the category of the delusive appearances of the sensible world”.

¹¹ Idem. *Ibid.*, p.103.

¹² TUCÍDIDES. *Op. cit.*, I, 22, p. 81.

Diferentemente de Heródoto, Tucídides, ao descartar os depoimentos orais diversos, procura estabelecer uma presunção da fidedignidade em torno do seu testemunho ocular bem intencionado, cujo produto é apresentado não como uma interpretação particular, mas como a presença da coisa mesma –¹³ feitos memoráveis não apagados pela ação do tempo.¹⁴ Esta é, para o historiador ateniense, a condição de possibilidade para que seu relato possa se constituir como “aquisição [*ktêma*] para sempre”, dotada de utilidade universal.¹⁵

Trata-se, nas palavras de Luciano Canfora, de uma “axiologia das sensações”, sendo os sentidos privilegiados a visão e a audição.¹⁶ A proeminência da visão põe em segundo plano a discussão sobre a tensão entre *logos* e *ergon*, pois desde que o historiador não queira ludibriar seus ouvintes / leitores, o relato proveniente de testemunho ocular assegurará a verdade (*alétheia*) da exposição, no sentido do desvelamento do que poderia ter-se ocultado rapidamente com a ação destrutiva do tempo.¹⁷ É nesse sentido que deve ser compreendida a famosa assertiva de Collingwood de que, para os gregos, “em vez de ser o historiador a escolher o assunto, era o assunto que escolhia o historiador. Isto é, a história era escrita apenas porque tinham lugar acontecimentos memoráveis, que despertavam o aparecimento de um cronista”.¹⁸

O progressivo distanciamento em relação aos feitos, associado à multiplicação dos relatos, constitui entrave decisivo na luta contra o esquecimento; nesse sentido, a autópsia seguida de registro constitui o melhor

¹³ Cf. GUMBRECHT, Hans-Urich. *Production of Presence. What Meaning Cannot Convey*, 2004, p. xiii. “The word ‘presence’ does not refer (at least does not mainly refer) to a temporal but to a spatial relationship to the world and its objects. Something that is ‘present’ is supposed to be tangible for human hands [...]”.

¹⁴ Cf. TUCÍDIDES. *Op. cit.*, I, 20, p.79.

¹⁵ A premissa da utilidade geral da história, sua compreensão como “aquisição para sempre”, é a estabilidade da natureza humana e a recorrência de certos padrões perceptíveis nos acontecimentos.

¹⁶ CANFORA, Luciano. *Op. cit.*, p.17. Discordo de Canfora, porém, quando este diz que “con l’esaltazione della vista, la storiografia rivela tutta la sua deboezza conoscitiva”. Não se trata de uma debilidade, e sim, para falar como Hartog, de um regime de historicidade fundado em uma concepção distinta de verdade.

¹⁷ Como percebe Luiz Costa Lima, a partir da análise heideggeriana da questão, “*alétheia*, portanto, continha um duplo movimento, que não era sucessivo e não se esgotava ao atingir o segundo estágio: ocultar e desvelar. Essa alternância lhe será constitutiva. Acrescente-se para o caso particular da escrita da história: a reconstituição de uma cena passada desvela e ao mesmo tempo oculta, sem que isso dependa de alguma intenção de fraude de quem a empreende”. COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*, p. 111.

¹⁸ COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*, p.42.

remédio contra a ação do tempo. “A natureza”, diz Políbio no livro XII das *Histórias*,

forneceu-nos dois instrumentos por meio dos quais sabemos muitas coisas e podemos averiguar outras. Refiro-me à visão e à audição; a vista é muito mais fidedigna, segundo o dito de Heráclito: os olhos são testemunhos mais exatos que os ouvidos.¹⁹

Isto porque, como diz Candolo a Gigés no livro I das *Histórias* de Heródoto, “os ouvidos são menos crédulos que os olhos”.²⁰

Políbio, prosseguindo seu exame dos dois “instrumentos” – visão e audição –, cita o caso de Timeu, que teria escolhido para suas investigações o método “mais agradável, porém menos válido”, abrindo mão do testemunho ocular e valendo-se da audição, campo que comporta também a leitura.²¹ Neste último caso, é preciso que o historiador tenha o cuidado de “buscar uma cidade que possua documentação abundante ou que tenha em suas cercanias uma biblioteca”, de modo a permitir o cotejo dos diferentes relatos”.²² A comparação e exame cuidadoso das diversas posições analisadas fazem-se necessários, também, quando existem diferentes versões orais. É significativo, nesse sentido, que Heródoto, nas passagens de suas *Histórias* que tratam de acontecimentos já opacos na memória dos homens, seja extremamente cauteloso, evocando diversas posições e muitas vezes abstando-se de tomar partido, enquanto os *logoi* de suas viagens não comportam este tipo de procedimento, sendo mais afirmativos.²³ O cotejamento de informações obtidas por meios orais ou pela leitura de livros não deve, porém, substituir a “investigação pessoal”, como defende Políbio.²⁴ “Éforo”, diz ele, “afirma que se pudéssemos ser testemunhas de todos os acontecimentos, esta experiência seria muito distinta das outras”.²⁵

¹⁹ POLIBIO. *Histórias*, XII, 27, p.521.

²⁰ HERODOTO. *Histórias*, I, 8, p.32.

²¹ Cf. POLIBIO. *Op. cit.*, XII, 27, p.521.

²² Cf. Idem. *Ibid.*, XII, 27, p.522.

²³ O que se relaciona diretamente àquilo que Santo Mazzarino considera uma singularidade de Heródoto: sua tentativa de compreender também o ponto de vista persa. Cf. MAZZARINO, Santo. *Op. cit.*, p.164.

²⁴ POLIBIO. *Op. cit.*, XII, 27, p.522.

²⁵ Idem.

Entre os latinos, a abordagem da relação *res / verba* ganha novos contornos, na medida em que a discussão acerca do caráter retórico da história é alçada ao primeiro plano. Há, na comparação com os historiadores gregos, um deslocamento parcial de ênfase, da produção da presença via autópsia ou escrutínio cuidadoso de relatos orais para a construção de lições gerais moralizantes, o que se associa em grande medida ao caráter cerimonial atribuído à história em Roma. Não que os gregos tivessem preterido a meditação sobre o caráter retórico da história, ou destinado pouca atenção à questão das lições formuladas a partir do exame de acontecimentos passados. Segundo o argumento de Luciano Canfora, pode-se perceber, da parte de Tucídides, um “esforço de elaboração retórica” na *História da Guerra do Peloponeso*, onde o “espaço reservado à palavra retoricamente elaborada é amplíssimo, em grande medida mais que em Heródoto”.²⁶ Ademais, discípulos de Isócrates, como Teopompo e Éforo, fizeram da retórica o princípio condutor na composição de histórias.²⁷ No que diz respeito à tópica da utilidade, tanto Tucídides como Políbio realçam sua centralidade na história: “mas, se todos os que quiserem examinar com clareza o que aconteceu (e o que porventura, conforme o humano, será de novo igual ou semelhante ao acontecido) os julgarem úteis, será o suficiente”, afirma Tucídides;²⁸ “a melhor educação para a realidade da vida é a experiência que resulta da história pragmática”, define Políbio.²⁹

Existem, porém, diferenças contundentes no que diz respeito à comparação do tratamento da tensão entre *logos* e *ergon* em Tucídides e da tensão entre *res* e *verba* em Salústio e Cícero, assim como à comparação da concepção de utilidade em Tucídides e Políbio e nos historiadores latinos. Diferentemente dos gregos, estes esboçam uma sutil problematização daquilo que Luiz Costa Lima chama de “determinação aporética da escrita da história”, ou seja, a compreensão desta como *inscrição da verdade*, determinação do que é necessariamente fugidio.³⁰ Diz Salústio, em sua *Conjuração de Catilina*:

²⁶ CANFORA, Luciano. *Op. cit.*, p.22. Posição similar é defendida por: HORNBLOWER, Simon. “Narratology and Narrative Techniques in Thucydides”. In; HORNBLOWER, Simon. *Greek Historiography*, p.165.

²⁷ Cf. CANFORA, Luciano. *Op. cit.*, p.22.

²⁸ TUCÍDIDES. *Op. cit.*, 22, p.81.

²⁹ POLIBIO. *Op. cit.*, I, 35, p.112.

³⁰ COSTA LIMA, Luiz. *Op. cit.*, p. 39.

parece-me que o ofício de quem escreve as coisas acontecidas [*res gestas scribere*] seja árduo: primeiramente porque se deve adequar as palavras aos fatos; depois porque diante das críticas feitas, a maioria pensa que as palavras foram ditas por malevolência e ódio; quando se faz menção da grande virtude e da glória dos valorosos, aceita de bom grado aquilo que julga capaz de fazer, enquanto considera inventado ou falso o que supera suas possibilidades.³¹

Aqui, diferentemente do tratamento tucididiano da questão, Salústio não recorre ao procedimento da autópsia como solução para seu impasse, que é tratado como tensão constitutiva, no que diz respeito à verificação das dificuldades de adequar palavras e fatos e de constatar uma apropriação que não seja tida como maledicente, partidária ou puramente laudatória. A preocupação com a produção da presença, embora exista, é tomada como um dos meios capazes de incidir no fim almejado: a educação moral dos ouvintes / leitores. Como analisarei adiante, Cícero, no *De Oratore*, abordará a questão em termos próximos de Salústio – ou, reconhecida a anterioridade do escrito ciceroniano, pode-se dizer que os termos de Salústio aproximam-se daqueles do filósofo latino.

A outra diferença fundamental diz respeito à questão da utilidade do relato histórico. Para Tucídides e Políbio tratava-se menos da definição de lições morais generalizantes que da proposição de ensinamentos práticos, de caráter político e militar, capazes de atuar como “memória artificial” para homens que porventura viessem a se encontrar diante de situações semelhantes às descritas nas histórias.³² Segundo Charles Fornara, o primeiro a introduzir lições moralizantes de caráter geral nas histórias foi Xenofonte –³³ não é de se estranhar, nesse sentido, que tanto ele quanto Plutarco tenham sido, no Renascimento florentino, os historiadores gregos mais difundidos.³⁴ Para os latinos, a produção de uma lição de *virtus* pelo ouvinte ou leitor do relato histórico era o ponto crucial. Daí a relevância atribuída à questão do tratamento retórico da *expositio rerum gestarum*: se não houver a atualização de efeitos persuasivos junto a leitores e ouvintes, o relato será incapaz de fornecer lições adequadas.

³¹ SALUSTIO. *La congiura di Catilina / Bellum Catilinae*, 3, 2, p.5.

³² Cf. WALBANK, Frank W. “Polybius and the past”. In: *Polybius, Rome and the Hellenistic World. Essays and Reflections*, p. 179.

³³ Cf. FORNARA, Charles. *Op. cit.*, p.107.

³⁴ Cf. FRYDE, E. B. *Humanism and Renaissance Historiography*, p.24.

Cícero, no *De Oratore* (55 a. C.), alude a utilidade do relato histórico em sentença memorável e exaustivamente repetida até os nossos dias: “a história é testemunha dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado”. Menor atenção, porém, foi dedicada pela posteridade à pergunta que fecha a ilustre passagem: “que voz, se não a do orador, pode torná-la imortal?”.³⁵ A seguir, analisarei a maneira com que Cícero concebe a relação entre história e retórica, e sua ênfase na figura do orador prudente – simultaneamente conhecedor da matéria e perito na *ars dicendi* – como aquele apto a ornar a *expositio rerum gestarum* segundo os modelos gregos.

Procurando esmiuçar os termos da possível relação entre *memoria rerum gestarum* e retórica, Cícero, pela voz do personagem Antonio, traça no livro II do diálogo *De Oratore* uma genealogia das atividades de registro das coisas passadas entre os romanos, com o intuito de delimitar, através da comparação dessas práticas com o legado grego, aquilo que ele considera a especificidade da história: ser uma construção de palavras e coisas devidamente ornada pela voz do orador, condição para que o registro dos acontecimentos passados possa revelar alguma utilidade pública. Diz Antonio que “a história [*historia*] não era mais que a confecção de anais [*annalium confectio*]”³⁶, e mesmo os gregos antes de Heródoto e Tucídides haviam escrito como Catão, Fábio Pictor e Pisão – famosos, segundo ele, tanto por suas valiosas notas sobre acontecimentos passados como pela crueza e ausência de adornos em seus relatos.³⁷ “Muitos seguiram essa forma de redação”, prossegue ele, “que, sem ornamento algum, deixou apenas os monumentos relativos aos tempos, aos homens, aos lugares, aos acontecimentos”.³⁸ Tais registros, porém, por sua rudeza e falta de elegância, não são vistos como adequados à produção de ensinamentos gerais, capazes de orientar as ações dos homens. Era preciso, segundo Antonio, que, a exemplo dos gregos, os romanos dispusessem e ornassem suas histórias segundo as regras da arte retórica, para que tais registros fossem capazes de produzir nos ouvintes e leitores os efeitos desejados.

³⁵ CICERO, Marco Tulio. *De Oratore*, II, 36. Emprego a tradução de Jacyntho Lins Brandão. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, p.181.

³⁶ Idem. *Ibid.*, II, 52, p.145.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

Antonio define dois modelos que, segundo ele, deveriam ser emulados pelos romanos interessados em compor histórias. São ele Heródoto e Tucídides:

[...] entre os gregos, homens eloquentíssimos, que se mantiveram longe da prática forense, dedicaram-se a outras atividades ilustres e sobretudo a escrever história [*historiam scribendam*]. Por exemplo, o famoso *Heródoto*, que foi o *primeiro a ornar esse gênero*, não se ocupou absolutamente de processos, segundo a tradição que recebemos; todavia, *tanta é sua eloquência* que eu, certamente, tanto quanto posso entender o que se escreve em grego, me regalo extremamente com ela. Depois dele, *Tucídides*, segundo minha opinião, ultrapassou facilmente a todos pela *arte da sua linguagem* [*dicendi artificio*]: ele é tão denso em numerosos domínios, que conseguiu ter *quase tantas palavras* [*verborum*] *quanto pensamentos* [*sententiarum*]; mais ainda, sua dicção tem tanta proporção e tensão, que *não se sabe se o fato* [*res*] *dá brilho ao estilo* [*oratione*] *ou a língua* [*verba*] *ao pensamento* [*sententiis*]. [...] em seguida, saídos do que era como que uma brilhantíssima escola de retórica, dois homens de superior talento, Teopompo e Éforo, sob o impulso de seu mestre Isócrates, consagraram-se à história (grifos meus).³⁹

Heródoto é tido como o primeiro a ornar o gênero, a *expositio rerum gestarum*, e Tucídides como o maior de todos, por seu *dicendi artificio*. Percebe-se a ênfase atribuída ao ornato, à fluência e à riqueza de expressão – precisamente o que diferencia, para Antonio, eloquentes *exornatores* de simples *narratores*, responsáveis pelo registro de fatos passados sem brilho algum.⁴⁰ Como observa Charles Fornara, o verbo latino *ornare* “significa algo mais que adornar superficialmente, decorar, embelezar. [...] *Ornare* em si mesmo é tomar um fato e, a partir dele, montar uma cena, desenvolvendo suas potencialidades latentes”.⁴¹

Um ponto deve ser destacado na passagem acima, por trazer elementos cruciais para a compreensão do próximo passo argumentativo de Antonio, a saber, a definição da história como uma construção de fatos e palavras [*rebus et verbis*].⁴² trata-se da tematização da especificidade da relação entre *res* e *verba*,

³⁹ Idem. Ibid., II, 55-57, p.147.

⁴⁰ Idem. Ibid., II, 54, p.147.

⁴¹ FORNARA, Charles William. *Op. cit.*, p.136.

⁴² O uso do vocábulo “fato”, aqui, deve ser tomado em sentido amplo, como acontecimento, ou “coisas acontecidas”.

através dos pares *res x oratione*, *verba x sententia*. Reagrupando-os pelo critério da semelhança, não do antagonismo, é possível chegar a novos pares, a saber: *res*, *sententia x verba*, *oratione*. O valor de Tucídides, segundo Antonio, estaria exatamente no entrelaçamento destas oposições, de modo a tornar indistinguíveis *ars dicendi* e *rerum cognitione* como aspectos separados do discurso; articulados, torna-se difícil assinalar se é a *res* que dá brilho à *oratione* de Tucídides ou se é a *verba* a iluminar seus pensamentos [*sententiis*]. Nesse sentido, pode-se dizer que o valor da história ornada – a única, para Cícero, digna desse nome – repousa na supressão retórica da oposição entre *res* e *verba*, não pelo recurso à autópsia, que sequer é mencionada por Antonio, e sim pela prescrição de uma unidade discursiva entre *verba* e *rerum cognitione*, que somente a figura do orador pleno – simultaneamente sábio, prudente e eloquente – pode alcançar.

Assim, se em Tucídides existe a presunção de que o *phronimos* é potencialmente o melhor historiador, por ser capaz de observar e compreender com clareza as variações da realidade sem se deixar levar por simpatias ou partidarismos diversos, conformando a fidedignidade necessária à validação do procedimento da autópsia, em Cícero a unidade retórica entre *res* e *verba* só pode ser alcançada pelo prudente, um orador eloquente que seja ao mesmo tempo profundo conhecedor da matéria tratada. Daí a indagação de Antonio, após o término de sua exposição sobre o valor dos historiadores gregos: “não vedes a que ponto a história é função do orador? Não sei se a mais importante, pela riqueza e pela variedade do estilo”.⁴³

Logo a seguir, Antonio destacará a falta de atenção dos tratados de retórica à história, a qual, segundo ele não é “em lugar algum especialmente contemplada pelos preceitos dos retores”.⁴⁴ Isto se deve, segundo ele, ao fato de as leis da história serem de conhecimento geral, estando por isso “diante dos nossos olhos”. São as seguintes as leis da história elencadas por Antonio:

Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência? Nem o menor rancor?.⁴⁵

⁴³ CICERO, Marco Tulio. *De Oratore*, II, 62, p.151.

⁴⁴ Idem.

As leis da história constituem premissas necessárias, sem as quais mesmo uma narrativa convenientemente ornada não se revelará eloqüente e persuasiva, precisamente por carecer de conhecimento da matéria. Como diz Emanuele Narducci, “a abundância da matéria”, para Cícero, “produz a riqueza das palavras, e a honestidade (*honestas*) dos argumentos tratados conferem uma natural beleza à expressão do orador”.⁴⁶ Por esta razão não é possível extrair lições úteis do que não aconteceu, ou do que foi deturpado por rancor ou complacência. Assim como Tucídides, Cícero, por um viés diverso, embora em alguma medida complementar àquele do historiador ateniense, atribui relevo à questão da fidedignidade, não pelo recurso ao argumento de autoridade do testemunho ocular prudente, mas através da construção retórica de um caráter (*ethos*) irretocável,⁴⁷ fundamental para que haja a produção de uma “representação que coloca diante dos olhos”. Diz Alcir Pécora acerca do panegírico, subgênero epidítico assim como a história e outras formas historiográficas:

trata-se pois de um discurso que *autoriza* a verdade desses feitos. O seu recurso fundamental para tanto é a representação que os coloca *diante dos olhos* do leitor, por meio de uma composição assentada na *vivacidade* do que se narra, de tal modo que se imagina *testemunhado pela vista*, no exato *presente* da leitura.⁴⁸

A atinência às leis da história, nesse sentido, é incapaz por si mesma de “dar fê” ao que é narrado, uma vez que a construção de um bom *ethos* é ela mesma retórica, sendo parte importante da *inventio* – seu lugar apropriado é o exórdio, que deve buscar a atenção e captar a benevolência dos ouvintes.⁴⁹ Daí a afirmação de Antonio de que “esses fundamentos são conhecidos por todos, mas a própria construção repousa nos fatos e nas palavras [*exaedificatio posita est in rebus et*

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ NARDUCCI, Emanuele. *Cicerone e l'eloquenza romana*, p.65.

⁴⁷ Digo que são aspectos complementares porque também em Tucídides a construção do *ethos* é retórica, uma vez que o que dá fê não é apenas o testemunho ocular em si, mas também a prudência de quem testemunha, a qual é atestada pelos ouvintes e leitores que precisam reconhecê-lo como tal. No entanto – e aí reside a diferença fundamental –, Tucídides não tematiza esta construção do *ethos* como elemento decisivo da história, enquanto Cícero, na medida em que subordina a *ars historica* ao sistema retórico, implicitamente atribui um lugar próprio à delimitação do *ethos*.

⁴⁸ PÉCORA, Alcir. “A história como colheita rústica de excelências”. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (org.). *As excelências do governador*, p.49.

⁴⁹ Cf. MONTEFUSCO, Lucia Calboli. *Exordium Narratio Epilogus. Studi sulla teoria retorica greca e romana delle parti del discorso*, p.3.

verbis]”.⁵⁰ Como argumenta Luiz Costa Lima, “o *De Oratore*, concebido e redigido em 55 a.C., revelava que, mesmo em Roma, a maior ênfase na eloquência não dissolvia a nota específica do historiador”.⁵¹ Isto não quer dizer, porém, que “Luciano e Cícero expunham o historiador fora do puro domínio da retórica”,⁵² muito pelo contrário: toda a ênfase do filósofo romano – e também do sátiro de Samósata, como analisarei adiante –, voltava-se para a elevação da *expositio rerum gestarum* segundo preceitos retóricos articulados a partir da leitura atenta e minuciosa dos historiadores gregos, especialmente Tucídides.⁵³ Dito de outro modo, Cícero defende que, embora as leis da história não possam ser abandonadas, elas, em si, não garantem a elevação do gênero; somente o orador pleno, um homem prudente,⁵⁴ está apto a produzir uma história rica em ensinamentos, útil por ser capaz, inicialmente, de deleitar seus ouvintes / leitores e em seguida de movê-los no sentido da ação virtuosa.⁵⁵

Seguindo o mesmo viés analítico, Luciano de Samósata, embora defenda em seu opúsculo *Como se deve escrever a história* que “do mesmo modo que admitimos que o historiador deve ter como objetivos a franqueza e a verdade, assim também o primeiro e único objetivo de sua linguagem é explicar claramente os fatos e fazê-los aparecer em plena luz”⁵⁶, argumenta que “será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a

⁵⁰ CICERO, Marco Tulio. *De Oratore*, II, 63, p.151.

⁵¹ COSTA LIMA, Luiz. *Op. cit.*, p.98.

⁵² Idem. *Ibid.*, p. 100.

⁵³ Cf. NARDUCCI, Emanuele. *Op. cit.*, p. 23.

⁵⁴ Cícero vislumbra na figura do *orador pleno* – simultaneamente sábio, prudente e eloquente – a desejável unidade entre filosofia e retórica. Cf. CAPE JR., Robert W. “Cicero and the Development of Prudential Practice at Rome”. In: HARIMAN, Robert (org.). *Prudence. Classical Virtue, Postmodern Practice*, p.39; NEDERMAN, Cary J. “Rhetoric, reason, and republics: Republicanisms – ancient, medieval, and modern”. In: HANKINS, James (org.). *Renaissance Civic Humanism*, p.252.

⁵⁵ *Docere, delectare, movere*: de acordo com os tratados clássicos, estas seriam as três finalidades da retórica, sendo a primeira associada ao gênero de estilo simples, a segunda ao gênero nobre e a terceira ao gênero médio. A história, por ser compreendida como subgênero epidítico com alguma proximidade do gênero deliberativo, não deveria se fixar exclusivamente em um dos três gêneros de estilo. No que diz respeito à narração, o gênero simples deveria ser privilegiado. Já no exórdio e nas digressões, o gênero médio seria o mais apropriado, visando ao deleite e à captação da benevolência do auditório ou dos leitores. Na peroração, responsável por mover os homens à ação, o gênero de estilo conveniente seria o nobre. Cf. MONTEFUSCO, Lucia Calboli. *Op. cit.*, p.7. “Nell’orator poi la dottrina, pur presentata sempre come caratteristica di Antonio, subisce un’evouzione nella concessione tra queste qualità o compiti dell’oratore e i tre stili del discorso, per cui al *docere* corrisponderebbe lo stilo piano, ao *delectare* il medio, al *movere* l’elevato”.

⁵⁶ LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*, 44, p. 225. Tradução de Jacyntho Lins Brandão.

crista das ondas”.⁵⁷ Daí sua preocupação com a disposição e com o adorno do discurso:

justamente essa é também a tarefa do historiador: ordenar os acontecimentos de forma bela e mostrá-los da maneira mais clara possível. Quando, escutando-o, alguém julga *ver o que é dito* e em seguida o elogia, então, sim, sua obra está perfeita, tendo ele recebido um elogio apropriado a um Fídias da história (grifo meu).⁵⁸

Em Luciano, como em Cícero, a produção da presença advém do domínio das sutilezas e habilidades da arte retórica. A visualização do que é dito decorre da consecução de um efeito desejado, insinuado em movimentos sutis concernentes à mobilização de lugares-comuns, às medidas dispositivas e às figuras da *elocutio* empregadas. Constitui-se, assim, uma unidade discursiva calcada na presunção da *indissociabilidade entre o conhecimento da matéria e sua exposição apropriada*, incidindo em relato pleno, decoroso, útil e honesto. Daí que o lugar da história no sistema retórico seja, senão esmiuçado, ao menos aludido nos tratados clássicos de arte retórica, especialmente nas sessões destinadas ao exame do gênero epidítico.

Voltado para a produção de lições edificantes, úteis e honestas, onde, através do encômio ou vitupério de homens e cidades, ficassem claros o caminho da virtude e os perigos do vício, o gênero epidítico englobava uma série de subgêneros: o panegírico, a *laudatio funebris*, a biografia exemplar, a crônica, a história, entre muitos outros. Como argumenta Lucia Calboli Montefusco, “no gênero epidítico o uso da *narratio* se justifica mais razoavelmente”, em comparação com seu emprego no gênero deliberativo.⁵⁹ Daí que, no *De Inventione*, a história seja tratada na seção destinada à narrativa, sendo definida como a exposição de *gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota* – coisas acontecidas em tempos distantes, segundo nossa memória.⁶⁰ Ela vem incluída, juntamente com a *fabula* – “narração própria da tragédia e da poesia, distante da verdade e da verossimilhança” – e o *argumentum* – “narração própria da comédia,

⁵⁷ Idem. Ibid., 45, 227.

⁵⁸ Idem. Ibid., 51, p. 231.

⁵⁹ MONTEFUSCO, Lucia Calboli. *Op. cit.*, p. 36.

⁶⁰ CICERO, Marco Tulio. *De Inventione*. Madrid: Gredos, 1997, I, 19.

distante da verdade mas verossímil”⁶¹ –, na classe de narrativas concernentes aos *negotiis*, não às pessoas, categorias que por sua vez pertencem ao terceiro grupo de uma divisão tríplice: (a) narrativa que inclui a própria causa, fundamento da controvérsia; (b) narrativa que contém uma divisão externa à causa, cuja finalidade principal é a acusação; (c) narrativa alheia às causas civis, cujo objetivo principal é agradar, embora sirva também como exercício útil para o falar e o escrever.⁶²

As premissas gerais do gênero epidítico são estabelecidas e analisadas por Cícero em *De Partitione Oratoria*: “tudo o que está associado à virtude deve ser louvado e tudo o que está associado ao vício deve ser vituperado”, diz ele.⁶³ “Mas este tipo de discurso”, prossegue, “consiste em narrar e exhibir ações passadas, sem empregar argumentos, e seu estilo busca influenciar suavemente as emoções, ao invés de buscar convencimento e aquisição de provas. Ele não estabelece proposições que são duvidosas; ao contrário, ele amplifica o que é certo, ou tido por certo”.⁶⁴ Como o objetivo claro é o de deleitar a audiência, prossegue ele, o orador deve buscar um “ritmo capaz de satisfazer os ouvidos como o que se pode chamar de harmonia verbal”,⁶⁵ o que corresponde ao gênero de estilo médio. Este ritmo, no caso da história, deve emular a autoridade de Heródoto e Tucídides, perfazendo um “tipo de discurso agradável, fácil, abundante, com frases engenhosas e palavras harmoniosas”, de acordo com definição proposta no *Orator*.⁶⁶

Como notam Perelman e Tyteca,

os discursos epidíticos constituem uma parte central da arte de persuadir [...]. A eficácia de uma exposição tendente a obter dos ouvintes uma adesão suficiente às teses apresentadas, só pode ser julgada pelo objetivo que o orador se propõe. A intensidade da adesão [...] muitas vezes será reforçada até que a ação, que ela deveria desencadear, tenha ocorrido.⁶⁷

⁶¹ Cf. MONTEFUSCO, Lucia Calboli. *Op. cit.*, p.46.

⁶² Esta mesma divisão se faz presente na Retórica a Herênio e em Quintiliano. Cf. *Idem. Ibid.*, pp. 45-6.

⁶³ CICERO, Marco Tulio. *De Partitione Oratória*, XXI, 71.

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ *Idem. Ibid.*, XXI, 72.

⁶⁶ CICERO, Marco Tulio. *Orator*, 42, p. 47.

⁶⁷ PERELMAN, Chaim; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*, pp. 54-5.

O discurso epidítico, nesse sentido, reforça “uma disposição para a ação ao aumentar a adesão aos valores que exalta”,⁶⁸ aproximando-se, portanto, do gênero deliberativo, sem confundir-se com ele. Assim, o ato de deleitar a audiência, a que a história deveria visar inicialmente, não era tomado como um fim em si mesmo, isto porque havia claramente a prescrição de uma finalidade pedagógica dos relatos, na medida em que se esperava que estes visassem sobretudo à afirmação do útil. Define-se, assim, uma estreita relação entre os gêneros epidítico e deliberativo, embora, ao menos até o século XV, seus contornos se mantenham nítidos e bem traçados.⁶⁹

O argumento-tipo do discurso epidítico é a amplificação. Por amplificação entendia-se uma forma de argumentação pautada na elevação da nobreza de algo ou alguém, ou no destaque dos vícios de algo ou alguém, como forma de “instigar o auditório por meio do lugar-comum”⁷⁰ e de compor o caráter virtuoso ou vicioso do sujeito através do elogio ou censura.⁷¹ Os preceitos relativos ao encômio e ao vitupério são compartilhados pelo panegírico e pela história, e Cícero os enumera no livro II do *De Oratore* (45,46). A história, porém, possui algumas regras próprias, que tanto dizem respeito ao tratamento da matéria quanto à *elocutio*. Diz Antonio:

a inteligência dos fatos requer a *ordem dos tempos e a descrição dos lugares*. Pede também, já que em fatos importantes e dignos de memória se espera que haja primeiro deliberações, depois execução e em seguida resultados, que sobre as deliberações seja indicada qual é aquela que o autor aprova; sobre os feitos, que se declare não só o que se fez ou se disse, mas também de qual *modo*; e, quando se fala do resultado, que se desenvolvam todas as *causas* que se devem ao *acaso*, à *sabedoria ou à temeridade* – e não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relação aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do *caráter* de cada um. Quanto à economia da linguagem [*verborum autem ratio*],

⁶⁸ Idem. Ibid., pp. 55-6.

⁶⁹ Cf. KAHN, Victoria. *Rhetoric, Prudence, and Skepticism in the Renaissance*, p.39. “But the distinction between deliberative and demonstrative rhetoric breaks down in the works of the Quattrocento humanists not only because epideictic can be viewed as urging a course of action, but also because the deliberation involved in reading is itself understood as a form of the deliberation that leads to action”.

⁷⁰ AD. *Retórica a Herênio*, II, 47, p.143.

⁷¹ Cf. LECHNER, Joan Marie. *Renaissance Concepts of the Commonplaces*, p.101.

deve-se perseguir um *gênero oratório difuso e arrastado*, que flua regularmente como uma certa *suavidade*, sem essa aspereza própria ao tribunal e sem os aguilhões que as fórmulas têm no fórum (grifos meus).⁷²

São estes, para Antonio, os preceitos concernentes à composição da história segundo as regras da arte retórica, princípios que envolvem não apenas o tratamento do estilo como também a apreciação da matéria, através da especificação dos três tipos de causas que devem ser atribuídas às ações humanas; da necessidade de não apenas descrever o que se fez ou disse, mas também de definir os modos com que algo foi feito ou dito; da defesa de que a vida e caráter dos homens sejam abordados como aspectos constitutivos dos próprios fatos.

Embora tratadistas subsequentes como Quintiliano e Dionísio de Helicarnasso tenham direcionado o debate para outros aspectos, como a proximidade entre história e poesia,⁷³ a asseveração da dignidade da história sempre esteve associada à mobilização da tópica da utilidade. Daí a afirmação de Luciano de Samósata de que “a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo, acontecerem coisas semelhantes, poder-se-á, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem em relação às circunstâncias que se encontram diante de nós”.⁷⁴ Os termos são claramente tucididianos, e remetem à famosa passagem do capítulo 22 do livro I, onde o historiador ateniense afirma que seu relato constitui “aquisição para sempre”.

Ao afirmar o produto de sua operação como *ktêma* (aquisição, patrimônio) para sempre, Tucídides atribui a seu escrito um caráter monumental: por ser o registro da guerra, a história se afirma como presença, cuja validade em si, cuja grandeza dos *erga*, registrada em *logos* a que se atesta fidúcia pela autópsia, produzirá lições úteis àqueles que se dispuserem a destrinchá-la. Como nota François Hartog, Tucídides opera aí um deslocamento fundamental em relação a Heródoto, do *kléos* ao *ktêma*:

Heródoto pôs mãos à obra para impedir que todas as marcas da atividade dos homens se apagassem (tornando-se *akléa*), deixando muito rapidamente de serem

⁷² CICERO, Marco Tulio. *De Oratore*, II, 63-64, p.151.

⁷³ Cf. COSTA LIMA. *Op. cit.*, pp.100-104.

contadas. Tucídides, por seu lado, escolhendo ‘escrever’ uma guerra que ele sabia dever ser ‘a maior’ de todas, apresenta sua narrativa como ‘*ktêma* para sempre’, isto é, patrimônio para sempre. Do *kléos* ao *ktêma*, o deslocamento é sensível. [...] Daí em diante não se trata mais de preservar do esquecimento as ações valorosas, mas de transmitir às gerações futuras um instrumento de inteligibilidade de seu próprio presente.⁷⁵

Este sentido de patrimônio, aquisição, monumento, adquire uma dimensão ainda mais expressiva com os romanos, para quem a história era sempre entendida como *res gestae populi Romani*.⁷⁶ Como percebe Charles Fornara, diferentemente dos gregos, “Fábio, Postumus, Catão, Fannio, Asellio e outros escreveram sobre sua cidade-estado como membros da elite dirigente”.⁷⁷ Daí que, por exemplo, a questão dos conflitos internos (*stasis*), de modo algum um assunto considerado memorável e por isso digno de nota entre os historiadores gregos, torne-se um objeto privilegiado nas considerações dos romanos.

Uma das principais críticas de Cícero aos primeiros *narratores* latinos das coisas acontecidas dizia respeito à dificuldade de se extrair lições edificantes de relatos pouco ornados, rústicos e meramente descritivos. Nesse sentido, Salústio, profundo conhecedor dos oradores gregos, pode ser considerado como o primeiro dentre os romanos a compor uma obra histórica em consonância com os preceitos ciceronianos, embora fosse inimigo político do filósofo – o que, como percebe Santo Mazzarino, não o impediu de atribuir a Cícero um papel de destaque na luta contra Catilina.⁷⁸ Sua *Conjuração de Catilina*, claramente inspirada em motivos tucidideanos, pode ser considerada uma tentativa de construir um legado romano para sempre apoiado em dois pilares: a antiga *virtus* do período anterior à Segunda Guerra Púnica, associada a homens que “com estas duas atitudes, a audácia na guerra e a equidade nos momentos de paz, governavam a si mesmos e à república”,⁷⁹ e os exemplos de virtude no mar de corrupção da Roma de Salústio,

⁷⁴ LUCIANO. *Op. cit.*, 42, p.225.

⁷⁵ HARTOG, François. *Op. cit.*, p.28.

⁷⁶ Cf. FORNARA, Charles. *Op. cit.*, p.41.

⁷⁷ Idem. *Ibid.*, p.54.

⁷⁸ Cf. MAZZARINO, Santo. *Il pensiero storico classico*, vol. 3, p.17.

⁷⁹ SALUSTIO. *Op. cit.*, 9,3, p.13.

especificamente Catão e César, “homens de notável virtude, e por caráter opostos”.⁸⁰

Eis um tema que Maquiavel retomará em *O Príncipe*: a complementaridade entre ímpeto e prudência. Catilina só pôde ser derrotado, argumenta Salústio, porque dois homens de temperamentos distintos atuaram em colaboração – Catão, homem severo, modesto e decoroso, que preferia ser bom a parecer bom; César, responsável por inúmeras glórias e conquistas no comando de suas legiões, liberal, o “refúgio dos pobres”, além de estimado pela generosidade.⁸¹ A prudência, na *Conjuração de Catilina*, é vista como a principal dentre as virtudes, aquela responsável tanto pela articulação da concórdia civil – sendo por isso fundamentalmente justa –, como pelo equilíbrio dos apetites:

os homens mais prudentes eram os mais ocupados nos negócios políticos, ninguém exercitava a mente sem o corpo, os melhores preferiam agir a falar [...]. Tanto na paz como na guerra os bons costumes eram cultivados: a concórdia era máxima, mínima a avidez.⁸²

Já o ímpeto é associado à bravura e à coragem, especialmente no que concerne ao domínio das habilidades militares.

Salústio, sem perder de vista a lição honesta afirmada no proêmio de caráter filosófico – “a glória das riquezas e da beleza é efêmera e frágil; a *virtus* é um bem esplêndido e eterno”⁸³ –, constrói, em movimentos bem marcados, sua exposição da conjuração de Catilina, procurando seguir tanto o preceito tucidiano da *akribeia* como as regras elencadas no *De Oratore* sobre o tratamento da matéria e o estilo adequado à história: a narrativa é breve e suave, indo dos tempos antigos, descritos rapidamente como na parte “arqueológica” da história de Tucídides, aos tempos atuais, delineados em minúcias; discursos diretos expõem as motivações dos personagens, e possibilitam a demarcação de pontos de vista diversos; o acaso, a sabedoria e a temeridade são os critérios explicativos fundamentais das ações dos agentes; a amplificação das virtudes de César e Catão, assim como dos vícios de Catilina e seus asseclas, demarcam

⁸⁰ Idem. Ibid., 53, 6, p.81.

⁸¹ Cf. Idem. Ibid., 54, p.83.

⁸² Idem. Ibid., 8-9, p.13.

⁸³ Idem. Ibid., 1, 4, p.3.

nitidamente o caráter destes, encadeando-se com as ações – as amplificações constroem o *ethos* em sentido retórico, mobilizando lugares-comuns de aceitação universal; trata-se, nesse sentido, menos da tentativa de delimitar as motivações dos agentes que da produção de hipóteses capazes de incidir na atenção dos ouvintes e leitores. Assim, o relato ornado, repleto de exemplos, sentenças, amplificações e figuras engenhosas deleita num primeiro momento para, em seguida, persuadir os ouvintes e leitores no sentido da ação imitativa, segundo os modelos virtuosos apresentados.

Levando-se em conta o tratamento de Cícero e Salústio da *ars historica*, modelos que Tito Lívio toma para si, não é de se estranhar que ele, em seu *Ab Urbe Condita*, defina a história como monumento:

o que principalmente há de são e fecundo no conhecimento dos fatos [*cognitione rerum*] é que consideras todos os modelos exemplares, depositados num monumento, em plena luz: daí colhes para ti e para teu estado [*rei publicae*] o que imitar; daí evitas o que é infame em sua concepção e em sua realização.⁸⁴

Concebida como “texto-monumento”⁸⁵ – oposto à “palavra evento” do *aedo*, para empregar terminologia de Florence Dupont –, registro utilitário da *res gestae populi Romani*, esperava-se da história que iluminasse os homens, fornecendo, através de exemplos numerosos, modelos virtuosos a serem imitados ou condutas viciosas a serem rejeitadas. O exemplo, retoricamente, torna claro o que é obscuro; ajuda na construção do verossímil; torna a matéria mais ornada; finalmente, como se pode ler na *Retórica a Herênio*, “coloca-as diante dos olhos, quando expressa tudo de modo tão perspicuo que eu diria ser quase possível tocar com a mão”.⁸⁶ O monumento da história é, nesse sentido, uma efetiva presença tangível, capaz de orientar, como aquisição para sempre, inúmeras gerações. É precisamente como monumento pedagógico da *virtus*, urdido retoricamente pelo prudente – profundo conhecedor da matéria tratada e perito na *ars dicendi* –, que os humanistas florentinos, emulando as autoridades da Antiguidade, conceberão a *ars historica*.

⁸⁴ TITO LIVIO. *Ab Urbe Condita*, Proêmio, 10, p.207. In: HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão.

⁸⁵ Cf. DUPONT, Florence. *L'invention de la littérature*, p.36.

⁸⁶ Cf. AD. *Retórica a Herênio*, IV, 62, p.297.

4.2

A concepção humanista da *ars historica*.

Do tom ciceroniano predominante no tratamento humanista da ars historica. As histórias de Florença de Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini. As considerações de Giovanni Pontano e Lorenzo Valla.

Na ótica do humanista Coluccio Salutati, a história constituía *difficilimum genus dicendi*:⁸⁷ somente um profundo conhecedor dos assuntos públicos e da arte retórica estaria apto, segundo ele, a compor uma obra histórica diligente e cuidadosa, capaz de fornecer lições úteis e de orientar o homem no sentido da virtude.⁸⁸ Cesare Vasoli percebe que

Salutati fixa com clareza o *status* da história na cultura de que ele mesmo é um dos representantes máximos; a saber, sanciona a função predominantemente ético-política, o caráter peculiar de *ars dicendi* (que tem por instrumento essencial o *exemplum*) e a finalidade francamente persuasiva [...]. Não espanta que o *opus oratorium* mais digno, mais eficaz e melhor adequado a estas finalidades seja justamente a grande narrativa histórica, imitada dos modelos clássicos máximos.⁸⁹

O tom das considerações de Salutati é claramente ciceroniano, e busca fundamentalmente a afirmação da unidade entre expressão decorosa e conhecimento rigoroso da matéria – o que ademais conformará um padrão entre os humanistas dedicados à discussão da *ars historica*. Guarino de Verona, em epístola de 1446, afirma que na história *veritas* e *utilitas* são inseparáveis⁹⁰; Jorge de Trebizonda, no seu *Rhetoricorum libri*, defende o caráter essencialmente

⁸⁷ Cf. STRUEVER, Nancy. *The language of History in the Renaissance*, p.72.

⁸⁸ Cf. VASOLI, Cesare. “Modelli teorici della storiografia umanistica”. In. *Civitas Mundi*, p. 215. “[...] la storia sia il solo vero ammaestramento etico-politico, la forma di discorso più persuasiva che permette il migliore orientamento nell’intricata selva del mondo umano, dove tutto semra posto sotto il segno del possibile e del probabile e valgono a poco le sottigliezze astratte dei logici, le predicazioni dei moralisti e – si direbbe – le dottrine sempre troppo universali dei filosofi”.

⁸⁹ Idem. Ibid., p. 216. “[...] il Salutati fissi già con chiarezza lo *status* della storia nella cultura di cui egli stesso è uno dei massimi rappresentanti; e, cioè, ne sanziona la preminente funzione etico-politica, il carattere peculiare di *ars dicendi* (che ha per strumento essenziale l’*exemplum*) e la finalità schiettamente persuasiva [...]. Né stupisce che l’*opus oratorium* più degno, più efficace e meglio rispondente a simili finalità diventi appunto la grande narrazione storica, imitata dai massimi modelli classici [...]”.

⁹⁰ Cf. Idem. Ibid., p. 219.

oratório da história⁹¹; Bartolommeo della Fonte, assim como o Trapezuntio, argumenta que a eloquência é condição necessária de uma narração histórica verdadeira⁹²; Paolo Cortesi, em *De hominibus doctis* (1490), destaca a importância de aliar estilo elegante, basicamente inspirado em Tito Livio, e deliberação prudente, sustentada em exposição clara das estratégias militares e dos debates públicos.⁹³ “Cortesi”, argumenta Donald Wilcox, “insiste no valor da ‘delectationem’ e da ‘utilitatem’, que só podem ser asseguradas por um arranjo claro e bem-expresso da grande variedade de eventos que uma história deve incluir em sua narrativa”.⁹⁴

Já foi amplamente notado que a *Historiarum Florentini Populi Libri XII* de Leonardo Bruni, composta ao longo de várias décadas e deixada incompleta em função da morte do humanista aretino em 1444, possuiu um caráter quase oficial. Segundo Felix Gilbert, “os governos principescos italianos” costumavam nomear “historiadores públicos desde o início do Quattrocento”; porém, segundo ele, “uma posição similar não existia nas cidades-estado republicanas”, pelo menos não antes da contratação de Andrea Navagero em 1516 para escrever uma história de Veneza.⁹⁵ Ainda que as *Histórias* não tenham sido encomendadas diretamente pela *Signoria*, Bruni, após a publicação do primeiro dos doze livros, passou a ter isenção de impostos para melhor se dedicar à sua composição, tornando-se uma espécie de historiador oficial da cidade.⁹⁶ Em seu funeral, Bruni, autor de panegíricos, vidas, diálogos, cartas familiares, tradutor de Platão, Aristóteles,

⁹¹ Cf. Idem. Ibid., pp. 219-220. “Ora, il Trapezuntio non ha alcun dubbio che il discorso storico sia sempre ed essenzialmente oratorio (anche se contraddistinto del particolare carattere della sua narrazione che deve essere ‘clara’ e ‘brevis’)”.

⁹² Cf. TRINKAUS, Charles. “A Humanist’s Image of Humanism: the Inaugural Orations of Bartolommeo della Fonte”, p. 117. “Summarizing what he had covered I this present oration he again indicates history as subordinate to rhetoric”.

⁹³ Cf. WILCOX, Donald. *The Development of Florentine Humanist Historiography in the Fifteenth Century*, p. 17.

⁹⁴ Idem. Ibid., p. 19. “Cortesi himself insists o the vlue of ‘delectationem’ and ‘utilitatem’, which can only be assured by a clear and well-expressed arrangement of the great variety of events that a history must include in its narrative”

⁹⁵ GILBERT, Felix. “Le ‘Storie Fiorentine’ di Machiavelli. Saggio interpretativo”. In: *Machiavelli e il suo tempo*, p.291. “I governi principeschi italiani avevano nominato storici pubblici fin dagli inizi del Quattrocento. Ma una simile posizione non esisteva nelle città-stato rpubblicane. La prima nomina di questo tipo fu quella di Andrea Navagero, che nel 1516 fu stipendiato dal governo veneziano per comporre una storia di Venezia”.

⁹⁶ HANKINS, James. “Introduction”. In: *History of the Florentine People*, vol. 1, p.xi.

Tucídides, Políbio e outros, teve depositado em seu túmulo precisamente um exemplar das *Histórias*, cena preservada em monumento fúnebre.⁹⁷

Como percebe Eugenio Garin, “o ideal de Lenardo Bruni era usar *humanae litterae* e *studia humanitatis* como meios para a educação do homem completo”.⁹⁸ Nesse ideal, pode-se dizer que a história possuía um lugar de destaque, sendo considerada, inclusive, como um dos pilares dos *studia humanitatis*,⁹⁹ por oferecer exemplos abundantes de ações virtuosas e viciosas, atuando assim como repositório de experiências alheias incorporadas artificialmente como memória.¹⁰⁰ A *História* de Bruni, nesse sentido, era vista pelos próprios florentinos como um monumento da cidade, por ilustrar, em estilo irretocável, aquilo que eles consideravam sua maior virtude como povo: o apego à liberdade.¹⁰¹ Uma prova do valor atribuído ao empreendimento de Bruni é a tradução para o vulgar do texto, completada em 1473 por Donato Acciaiuoli e financiada pela *Signoria*.¹⁰²

Não que Leonardo Bruni tenha sido o primeiro a escrever os feitos dos florentinos desde tempos imemoriais: ao longo dos séculos XIII, XIV e XV diversos cronistas, como Dino Compagni, Giovanni Villani, seu irmão Matteo, Filippo, filho deste, Goro Dati, entre outros, deixaram valiosos registros da vida cidadina e dos conflitos externos de Florença. Um dos focos principais dos cronistas era fornecer descrições detalhadas dos assuntos internos e externos da cidade, entre outras coisas para que futuros historiadores interessados em escrever histórias de Florença segundo os cânones clássicos tivessem material abundante à disposição.¹⁰³ As crônicas eram compostas em língua vulgar – ou seja, na própria

⁹⁷ Cf. WILCOX, Donald J. *Op. cit.*, p.8. “Poggio Bracciolini, who would eventually succeed Bruni both as chancellor and as historian of Florence, composed a funeral oration for Bruni in which the *Historiae* are singled out among Bruni’s achievements: ‘But’, [diz Poggio], ‘what must receive the highest praise from all ages is the history of Florentine affairs which he wrote in twelve books [...]’”.

⁹⁸ GARIN, Eugenio. *Italian Humanism*, p.41. “Leonardo Bruni’s ideal was to use *humanae litterae* and *studia hmanitatis* as means for the education of the complete man”.

⁹⁹ Cf. KRISTELLER, Paul Oskar. *Renaissance Thought and its Sources*, p.244. “The fourteenth century witnessed a rise of grammar and rhetoric, especially in Italy, and this is reflected in the new scheme of the *studia humanitatis* which we encounter in the course of the fifteenth century. This scheme, as we saw before, includes grammar, rhetoric, poetry, history, and moral philosophy”.

¹⁰⁰ Cf. STRUEVER, Nancy. *Op. cit.*, p.125. “History becomes the history of publicly-shared experience on the one hand”.

¹⁰¹ Como nota Donald Wilcox, “[...] at least outside humanist circles, Bruni’s history was valued as an illustration of how liberty is to be achieved and maintained”. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, p.16.

¹⁰² Cf. Idem. *Ibid.*, p.4.

¹⁰³ Apud MATUCCI, Andrea. *Machiavelli nella storiografia fiorentina*, p.3. Diz Villani: “non perch’io mi senta sifficiente a tanta opera fare, ma per dare materia a’nostri successori di nonn-essere negligenti di fare memorie delle notevoli cose che averranno per gli tempi apresso noi”.

língua falada e usada em apontamentos comerciais, e não em latim, comum nos tratados humanistas – e em estilo próximo daquele empregado por mercadores em seus livros de memórias, visando primordialmente à produção de lições úteis calcadas na distinção entre virtude e vício.¹⁰⁴ Apesar disso, as crônicas não se conformavam a muitos dos preceitos clássicos associados à *ars historica*.¹⁰⁵ “As crônicas ainda não eram histórias”, diz Eric Cochrane, “pelo menos não de acordo com a nova definição de história que estava para emergir do trabalho de Bruni e seus sucessores”¹⁰⁶ – precisamente a noção de *vera storia*, ou história verdadeira. Isto por algumas razões: em primeiro lugar, as crônicas eram redigidas em língua vulgar, considerada imprópria para gêneros nobres e dignos. Em segundo lugar, as crônicas eram estruturadas livremente: normalmente não apresentavam uma introdução geral de caráter filosófico, não se atinham exclusivamente à vida política e assuntos militares – até mesmo por isso elas são documentos preciosos para os historiadores contemporâneos, por fornecerem informações valiosas sobre o cotidiano e as práticas econômicas –, tampouco emulavam necessariamente as autoridades clássicas. Finalmente, a história, como argumentavam os humanistas a partir da leitura de Cícero, deveria fornecer padrões de compreensão mais complexos que a pura descrição dos eventos, característica das crônicas (descrições estas que, como percebe Louis Green, muitas vezes portavam um sentido providencialista completamente estranho às histórias humanistas).¹⁰⁷

A *História* de Bruni, nesse sentido, pode ser considerada como o modelo perfeito da *vera storia* em sentido humanista: construída em latim perfeito, emula as autoridades de Tito Lívio, Salústio, Tucídides e Políbio, especialmente do

¹⁰⁴ Cf. GREEN, Louis. *Chronicle into History*, p.3.

¹⁰⁵ Sobre esta questão, afirma Donald Wilcox: “Bruni’s statement of theme differs from the opening sections of all these chronicles and vernacular histories in two major respects. First, in no case do the chroniclers present a clear statement of the scope of their subject. [...] The second difference between the preface of Bruni and those of the chroniclers illustrates even more plainly his departure from tradition. The chroniclers’ statements of scope are not only confused but basically nonselective, including everything in any way connected with the general topic of their work, whether that is a city or a family. The rigor with which Bruni applies his principle of selectivity separates him strikingly from the group of vernacular historians”. WILCOX, David. *Op. cit.*, p.34.

¹⁰⁶ COCHRANE, Eric. *Historians and Historiography in the Italian Renaissance*, p.11. “Chronicles were not yet history, at least not according to the new definition of history that was to arise from the work of Bruni and his successors”.

¹⁰⁷ Cf. GREEN, Louis. *Op. cit.*, p.5. “Instead of so dismissing history, a chronicler such as Giovanni Villani saw it as material through which the will of God revealed itself. It could be made to demonstrate the consistency between the working of the human world and the principle of divine justice”.

primeiro.¹⁰⁸ Seus temas são circunscritos à vida política cidadina e às guerras travadas por Florença.¹⁰⁹ “A história”, diz Bruni no proêmio, em clara referência a alguns dos preceitos ciceronianos estabelecidos no *De Oratore*, “requer uma narrativa longa e bem conectada, explicações causais de cada evento, e a expressão pública do julgamento sobre cada assunto”.¹¹⁰

Assim como em sua aceção antiga, a história, para os humanistas, deveria ser persuasiva. Por essa razão, esperava-se que ela seguisse as regras próprias ao decoro letrado do gênero – ou seja, o que convém a um tipo de relato.¹¹¹ Se não houver a demonstração da estima pelo bem público e pela virtude; se o estilo e as figuras não forem apropriados; se não houver uma preocupação com a verdade; enfim, se estas condições não se fizerem presentes, presumia-se que dificilmente um leitor ou ouvinte se deixaria levar pela narrativa.

A abertura, ou proêmio, das *Histórias* de Leonardo Bruni ilustra bem os aspectos discutidos acima:

Deliberei por muito tempo e muitas vezes tive que mudar de idéia antes de decidir escrever sobre os feitos do povo florentino, suas lutas na cidade e fora dela, seus celebrados êxitos na guerra e na paz. O que me atraiu foi a grandeza das ações realizados por este povo: primeiramente, suas muitas lutas internas, em seguida suas admiráveis empresas contra seus vizinhos imediatos, e finalmente, no nosso tempo, a luta contra o todo poderoso Duque de Milão e o agressivo rei Ladislau. [...] Por terem parecido a mim dignos de registro e lembrança, acreditei que o conhecimento destes fatos serviria tanto a fins públicos como privados. Pois se pensarmos que homens de idade avançada são mais sábios porque viram mais da vida, quão maior é o conhecimento que a história nos pode proporcionar se for lida com cuidado! Pois na história as ações e decisões de muitas eras podem ser

¹⁰⁸ Cf. GILBERT, Felix. *Machiavelli and Guicciardini*, p.208. “The humanists believed that writers of histories ought to follow the same principle which the humanists applied to all their literary efforts: the principle of ‘imitation’”.

¹⁰⁹ Cf. FUBINI, Riccardo. “Note sugli ‘Historiarum Florentini Populi Libri XII di Leonardo Bruni’”. In: *Storiografia dell’umanesimo in Italia da Leonardo Bruni ad Annio da Viterbo*, pp. 97-8. “Le *Historiae* del Bruni nascono da esigenze complesse: l’intento di ricostruire la storia cittadina, concepito di seguito e a sviluppo del panegirico della *Laudatio Florentinae urbis*, mal si lascia distinguere da quello di ripristinare il modello della storiografia antica greco-latina, come parte in senso lato di un programma culturale, in virtù del quale egli veniva in pari tempo traducendo (o ritraducendo) e divulgando opere di storici, oratori e filosofi greci [...]”.

¹¹⁰ BRUNI, Leonardo *History of the Florentine People*, p.5.

¹¹¹ Cf. STRUEVER, Nancy. *Op. cit.*, p.164. “Conversely, the prudent man who wishes to be considered wise also observes the same decorum and bows to the times: ‘*prudens viri esse parere tempore*’”.

minuciosamente examinadas; de suas páginas podemos facilmente aprender que comportamento devemos imitar ou evitar, ao mesmo tempo em que a glória conquistada por grandes homens nos inspira a agir de forma virtuosa”.¹¹²

No trecho fica evidente o caráter pedagógico e paradigmático da história: através de inúmeros exemplos de ações nobres e virtuosas do passado, tanto no que diz respeito à condução da República quanto às guerras com outras cidades, é possível deliberar sobre os comportamentos a imitar ou evitar no presente e no futuro. As lições definidas por Bruni, nesse sentido, não pressupõem uma tensão entre o útil e o honesto: elas afirmam preceitos universais, sentenças de validade indistinta que todavia devem ser urdidas em consonância com o exame cuidadoso das situações particulares. Se, como defende Cícero no *De Oratore* pela voz de Antonio, “que sobre as deliberações seja indicada qual é aquela que o autor aprova”, a aceitação ou reprovação das resoluções e condutas dos agentes é articulada como efetivo juízo prudencial, orientado pelo exame das circunstâncias conjunturais. Bruni, tradutor da *Política* e da *Ética* aristotélica, vê na *prudentia* a disposição responsável pela orientação da escolha segundo as virtudes morais, resultando em ações apropriadas, que são objetos de elogios, ou em situações contrárias à prudência, passíveis de vitupérios. Os discursos diretos, nesse sentido, constroem não apenas paralelismos argumentativos como também conformam exemplos vívidos de tipos de virtudes cívicas, como percebe Nancy Struever.¹¹³

A *Historia populi florentini* de Poggio Bracciolini, mesmo com um alcance temporal menor – cem anos, de 1350 a 1450, contra os quase mil e quinhentos anos abrangidos por Leonardo Bruni¹¹⁴ –, apresenta pontos de vista bastante similares àqueles sustentados pelo humanista aretino¹¹⁵, embora, como note Donald Wilcox, Poggio dedique mais atenção às guerras externas que às vicissitudes internas.¹¹⁶ No prólogo, Poggio afirma a utilidade da história, e diz que somente homens excelentes e de grande engenho podem escrevê-la

¹¹² BRUNI, Leonardo. *Op. cit.*, p.3.

¹¹³ Cf. STRUEVER, Nancy. *Op. cit.*, p.135. “Bruni most frequently uses speeches to present recurring types of civic virtue”.

¹¹⁴ Cf. Idem. *Ibid.*, p.166.

¹¹⁵ Cf. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, p.131. “the historical ideas in Poggio’s *Historia* are quite similar to Bruni’s”.

¹¹⁶ Cf. Idem.

apropriadamente.¹¹⁷ Poggio, como argumenta Wilcox, é ainda mais enfático que Bruni na formulação de seus julgamentos morais, menos sutis que os de seu predecessor¹¹⁸ – talvez porque o humanista aretino, tradutor de Aristóteles, tivesse uma compreensão mais apurada que a de Poggio sobre as agudezas do livro VI da *Ética a Nicômaco*.¹¹⁹

Sem questionar os preceitos ciceronianos associados à *ars historica*, o tratamento da questão por Lorenzo Valla e Giovanni Pontano apresenta algumas nuances que podem fornecer elementos para o exame de certas particularidades das histórias compostas por Maquiavel e Guicciardini. Como percebe Cesare Vasoli acerca das reflexões de Lorenzo Valla, “a cultura humanista consignou ao futuro ainda uma outra concepção da história, fundada na idéia do valor crítico do conhecimento do passado”.¹²⁰ Trata-se, penso, menos de uma *outra* concepção que do destaque a certos elementos até então secundarizados ou discutidos apressadamente por Cícero, Quintiliano e por humanistas como Salutati, Guarino, Fontius e o Trapezuntio. A proeminência conferida a aspectos como *solertia*, *acumen* e *iudicium*, aos quais Valla se refere em sua *Historiarum Ferdinandi Regis Aragoniae libri tres*, não entra em contradição com a concepção retórica da história, muito pelo contrário: ela visa a tornar mais efetivo o conhecimento das coisas – *copia rerum* –, fornecendo elementos diversos para a conformação da *copia verborum*. Daí que para Valla a “história ofereça ao homem um saber *civile* e um ensinamento de *prudentia* superior à filosofia”.¹²¹

¹¹⁷ BRACCIOLINI, Poggio. *Historia populi florentini*, prohemio. “per industria e ingegno degluomini eccellenti estata trouata la historia”.

¹¹⁸ Cf. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, p. 143. “His attention to the conduct of tyrants in the *Historia* is clear evidence that he wishes his history to have didactic and moral value for them as well as for citizens of a republic – an attention which represents a definite expansion in scope over the *Historiae Florentini populi*. [...] Rather, he superimposes upon an historical narrative constructed in terms of a casual complex similar to Bruni’s a moral judgment of a type that Bruni regularly avoids”.

¹¹⁹ Ao mesmo tempo, como argumenta Gian Mario Anselmi, Poggio, diferentemente de Bruni, atribui importância destacada ao poder da Fortuna e do acaso. Cf. ANSELMI, Gian Mario. *Ricerche sul Machiavelli storico*, p. 71.

¹²⁰ VASOLI, Cesare. *Op. cit.*, p. 229. “Ma la cultura umanistica ha consegnato al futuro anche un’altra concezione della storia, fondata sull’idea del valore critico della conoscenza del passato, del suo rapporto con il mutare dei linguaggi, delle istituzioni e delle culture, della sua capacità d’intendere e interpretare i ‘documenti’ e i segni di ogni genere che tramandano la memoria dell’umanità, e di servirsene per comprendere e discutere anche il presente”.

¹²¹ Idem. *Ibid.*, p. 230. “Ma il Valla sa pure, e lo afferma senza esitazioni, che la storia offre all’uomo un sapere ‘civile’ e un insegnamento di ‘prudentia’ assai superiore di quello recato dalla filosofia”.

Nesse sentido, como argumenta Liliana Monti Sabia, “a normativa do *Actius*”, diálogo composto pelo humanista napolitano Giovanni Pontano entre 1495 e 1499,

revela-se facilmente como uma reelaboração, amplamente articulada e filtrada pelo próprio gosto e a própria sensibilidade artística, de preceitos que remetem a autores clássicos, em particular a Cícero, a Quintiliano e Luciano, preceitos que eram de domínio comum na consciência cultural do Humanismo, tanto que já antes dele outros, como Guarino de Verona e Jorge de Trebizonda, as haviam tomado como objeto de seus escritos, antes mesmo de Pontano.¹²²

*Ad docendum, ad delectandum, ad movendum*¹²³: são estas, para Pontano, as três finalidades da história. Para que sejam alcançadas, diz ele, o historiador deve privilegiar em sua narrativa a *brevitas* e a *celeritas*¹²⁴; deve expor as causas e efeitos dos acontecimentos, assim como os *consilia, sententiae* e *voluntates* dos que têm poder de decisão.¹²⁵ Estas tópicas, porém, não devem ser tomadas como fins em si mesmas, na medida em que possibilitam um melhor conhecimento da matéria – de modo a trazer para a análise elementos diversos, capazes de incidir na produção de lições úteis e honestas pelos ouvintes e leitores.¹²⁶ A ênfase atribuída a tópicas atreladas à discussão da acuidade do relato histórico não se choca com as prescrições do *De Oratore*; tal destaque revela, todavia, um interesse cada vez maior pela questão dos efeitos, pela análise prudente das

¹²² SABIA, Liliana Monti. *Pontano e la storia. Dal De bello Neapolitano all' Actius*, pp. 2-3. “Cominceremo subito coll'osservare che la normativa dell'*Actius* sul modo di scrivere la storia, salvo alcuni spunti personali, si rivela facilmente come una rielaborazione, ampiamente articolata e filtrata attraverso il proprio gusto e la propria sensibilità artistica, di precetti risalenti agli autori classici, in particolare a Cicerone, a Quintiliano, a Luciano, precetti ch'erano di dominio comune nella coscienza culturale dell'Umanesimo, tant'è vero che già altri, come Guarino Veronese, o Giorgio da Trabizonda, li avevano fatti oggetto dei loro scritti assai prima del Pontano stesso”.

¹²³ Apud. SABIA, Liliana Monti. *Op. cit.*, p. 9.

¹²⁴ Cf. ANSELMINI, Gian Mario. *Op. cit.*, p.11.

¹²⁵ Cf. SABIA, Liliana Monti. *Op. cit.*, p.12. “Alle cause che provocano un'azione politica o una guerra sono legati i *consilia*, le *sententiae*, le *voluntates* di coloro che hanno poteri decisionali, teorizza l'*Actius*, citando l'esempio di Livio e Sallustio, per mostrare come sia opportuno presentare attraverso i discorsi le opinioni di protagonisti in contrasto tra loro”.

¹²⁶ Cf. VASOLI, Cesare. *Op. cit.*, p. 224. “Il Pontano – è stato già più volte rilevato – insiste sul nesso tra causa ed effetto di cui lo storico deve essere ‘memor certusque ... ac versus expositor’, così come deve conoscere i fini perseguiti dagli ‘actores’, le loro decisioni (‘consilia’) ed i loro risultati. [...] Comunque, il suo modello della narrazione storica consisteva nella presentazione di una serie di fatti e di azioni tra loro strettamente connesse, da ricostruire nella loro genesi e nel loro sviluppo che lo storico deve adornare con la sua capacità oratoria, proporre come *exempla* e utilizzare per il fine preminente dell'insegnamento etico e politico”.

possibilidades deliberativas abertas aos agentes históricos. Deste modo, na medida em que o exame da prudência em Pontano adquire um maior grau de complexidade em relação ao tratamento humanista usual, como analisei no capítulo 1, também a *ars historica*, gênero por excelência do homem de letras prudente, adquire novos contornos, com a ênfase nas minúcias das ações particulares e nas motivações dos agentes envolvidos em processos decisórios, analisados não apenas pelo viés moralizante da adequação de suas condutas às virtudes morais, mas também pela inquirição dos efeitos práticos de suas intervenções e deliberações.

As análises críticas sobre as histórias renascentistas, especialmente aquelas produzidas nos séculos XV e XVI em Florença, Nápoles, Milão e Veneza, têm-se pautado, ao menos desde a publicação, no início do século XX, da *História da Historiografia moderna* de Eduard Fueter¹²⁷, pela afirmação do suposto caráter moderno e inovador das produções letradas de cunho histórico compostas por Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini, Giovanni Pontano, Bartolomeo Cerretani e especialmente as *Istorie Fiorentine* de Maquiavel e a *Storia d'Italia* de Guicciardini, isto pela observação, entre os homens de letras que se dedicaram à composição de obras históricas nesse período, de práticas como a pesquisa documental apurada e a atenção especial às motivações “psicológicas” dos agentes históricos.

Alguns pesquisadores da segunda metade do século XX, como Felix Gilbert, Nancy Struever, Donald Wicox, Hannah Gray, E. B. Fryde, Cesare Vasoli e Gian Mario Anselmi, bastante cuidadosos em suas abordagens críticas, procuraram atenuar a hipótese central do historiador alemão sobre a “historiografia” humanista – a saber, a idéia de uma ruptura desta com certos padrões antigos e medievais –, alicerçada na premissa da secularização e independência dos eruditos do *Quattrocento* em relação às autoridades religiosas. Ao mesmo tempo, estes estudiosos rejeitaram determinados aspectos teleológicos da argumentação de Fueter, como a consideração do princípio da *imitatio* como

¹²⁷ Cf. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, p.27. “A more balanced understanding of the humanists emerged only in the early years of the twentieth century in what has become a classic work on historiography: Eduard Fueter’s *Geschichte der neueren Historiographie*. Fueter points out the humanists’ secularism and independence from authority, their use of history to embellish cultural

subserviência intelectual aos modelos clássico, a rejeição de algumas conclusões das histórias humanistas que, para o historiador alemão, careciam de melhor comprovação documental, além da afirmação de certas ausências estruturais, como o tratamento marginal destinado aos assuntos econômicos.¹²⁸ Embora não tenham se recusado a atribuir um caráter inovador e moderno à *ars historica* humanista, os autores referidos sublinharam de forma unânime a necessidade de compreender as histórias humanistas como peças retóricas que seguiam regras, padrões e convenções estabelecidos em tratados como o *De Oratore* ciceroniano e o *Actius* de Pontano. Nesse sentido, segundo palavras de Donald Wilcox, a *ars historica* humanista deve ser compreendida como uma efetiva “concepção retórica da escrita histórica”¹²⁹, ou uma “teoria retórica da história”¹³⁰ que visava primordialmente à fixação de lições úteis para seus leitores.

Pode-se dizer que, desde a década de 1970, as tendências predominantes no debate crítico acerca da *ars historica* do *Quattrocento* e do *Cinquecento* têm oscilado entre a afirmação de uma suposta originalidade humanista, quase sempre vinculada à conjectura da emergência de uma nova consciência histórica nos séculos XIV e XV, e a constatação de um certo grau de convencionalidade retórica nas histórias humanistas – concepções que muitas vezes se entrelaçam numa mesma argumentação. Em *The Language of History in the Renaissance* (1970), Nancy Struever defende que “a nova consciência da linguagem dos Humanistas italianos envolve necessariamente uma nova consciência da história”.¹³¹ Hipótese similar é defendida por E. B. Fryde em “The Revival of a ‘Scientific’ and Erudite Historiography in the Earlier Renaissance” (1973), incluído em *Humanism and Renaissance Historiograph*. Para o autor, mudanças significativas teriam se dado entre os séculos XIV e XV, decorrentes do “despertar, nesse período, de um senso mais aguçado da mudança história”.¹³² Também Cesare Vasoli destaca a emergência de uma nova consciência da

ideals, their superior narrative and stylistic techniques, and, finally, the extent to which they made critical use of sources”.

¹²⁸ Cf. Idem.

¹²⁹ Idem. *Ibid.*, pp. 28-29.

¹³⁰ Idem. *Ibid.*, p.30.

¹³¹ STRUEVER, Nancy. *Op. cit.*, p. 144. “The basic assumption of this study is that the new awareness of language of the Italian Humanists necessarily involves a new awareness of history”.

¹³² FRYDE, E. B. *Op. cit.*, p.3. “My way of attempting to do this Will be to focus attention on certain significant changes in historiography that took place in Italy in the fourteenth and fifteenth centuries. Historiography, strictly speaking, means only the actual writing of history. But I shall be also concerned with the awakening in that period of a more acute sense of historical change”.

linguagem, embora rejeite quaisquer atribuições de modernidade ou proto-modernidade à *ars historica* dos humanistas italianos.¹³³

No que diz respeito às *Istorie Fiorentine* de Maquiavel, Felix Gilbert e Andrea Matucci argumentam pela existência, no texto, de um contraste entre o conceito humanista de história e uma aproximação pragmática do passado¹³⁴; segundo esse viés, as *Istorie* comportariam uma revolução não levada plenamente ao seu limite, onde a força das abordagens políticas de Maquiavel seria de certo modo tolhida pelas amarras de uma concepção retoricizante da escrita da história. Gian Mario Anselmi, por sua vez, pressupõe a presença, nas *Istorie*, de uma “concepção de história” que se constitui como entrelaçamento contínuo entre iniciativa do sujeito e os processos objetivos da realidade.¹³⁵ Sobre a *Storia d’Italia* de Guicciardini, Felix Gilbert destaca o “realismo psicológico” guicciardiniano¹³⁶, a saber, sua tentativa de perscrutar as motivações dos principais agentes envolvidos nos processos decisórios de Repúblicas, principados e monarquias – aspecto que segundo Donald Wilcox já se fazia presente nas *Histórias* de Leonardo Bruni.¹³⁷ Outro suposto elemento inovador destacado por Felix Gilbert acerca da *Storia* de Guicciardini diz respeito à aplicação rigorosa de métodos críticos e à amplitude histórica das análises do florentino.¹³⁸ Nesse sentido, a *Storia d’Italia* seria, para o historiador norte-americano, a última grande obra de história segundo os padrões clássicos e a primeira grande obra da historiografia moderna.¹³⁹ Andrea Matucci vai ainda mais longe, ao dizer que Guicciardini foi efetivamente o fundador da ciência histórica moderna.¹⁴⁰

¹³³ Cf. VASOLI, Cesare. “L’humanisme rhétorique en Italie au XVeme siècle”, p.45 ; “Modelli teorici della storiografia umanistica”. In : *Op. Cit.*, p. 213.

Op. cit., pp. 211-213.

¹³⁴ Cf. GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 237; MATUCCI, Andrea. *Op. cit.*, p.219

¹³⁵ Cf. ANSELMI, Gian Mario. *Op. cit.*, p.199. “[...] riconoscere la portata innovatrice di un discorso che, come quello machiavelliano, assume la realtà come oggettività da verificare, la natura come materia, la storia quale intreccio continuo fra le iniziative dei soggetti e i processi, oggettivi nella loro naturalità, ad essi esterni”.

¹³⁶ GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 292.

¹³⁷ Cf. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, p.57. “Bruni’s treatment of human motivation tends to bring out the psychological element of his historical vision; in his assessment of individual character, on the other hand, the political nature of his historical writing emerges most sharply”.

¹³⁸ Cf. GILBERT, Felix. *Op. cit.*, pp. 290-291.

¹³⁹ Cf. Idem. *Ibid.*, p. 301. “Guicciardini’s *History of Italy* is the last great work of history in the classical pattern, but is also the first great work of modern historiography”.

¹⁴⁰ Cf. MATUCCI, Andrea. *Op. cit.*, p. 246. “È dalle *Cose fiorentine* in poi, dunque, che si parla di Guicciardini come del fondatore della ‘scienza storica moderna’: di colui, cioè, che ha dato righe scientifiche, e procedimenti extra-letterati, a quel lavoro preparatorio che, di soliro invisibile, è sempre il primo passo verso il finale risultato letterario di un’opera storiografica”.

Penso que este tipo de abordagem, embora possua inegável valor, não considera de forma apropriada o caráter convencional das *Istorie Fiorentine* e da *Storia d'Italia*. Mesmo autores que, como Felix Gilbert, Gian Mario Anselmi e Guglielmo Barucci, atribuíram importância significativa ao exame dos preceitos retóricos propostos pelas “autoridades” antigas e humanistas sobre a *ars historica* para a compreensão das histórias renascentistas acabaram por vezes tratando tais preceitos como aspectos puramente formais, “convenções literárias” em grande medida descoladas de um conteúdo inovador, pensado como concretização de intenções de ruptura manifestas ou sub-reptícias, especialmente no que diz respeito às *Istorie Fiorentine* de Maquiavel e à *Storia d'Italia*.¹⁴¹ Nesse sentido, defendendo que, embora certas tensões com as tradições clássica e humanista possam ser delineadas nestes escritos, eles não devem ser tratados como tentativas de renovação do gênero histórico. Muito pelo contrário: proponho uma interpretação das histórias compostas por Maquiavel e Guicciardini que, ao explicitar e examinar o caráter convencional destas, segundo os preceitos ciceronianos e as concepções humanistas sobre a *ars historica*, permita atestar os pontos de tensão destes escritos em relação às reflexões antigas e humanistas, aspectos que, heurísticamente, mas nunca pelo critério do verossímil histórico, podem até mesmo conformar figurações *avant-la-lettre* de certas preocupações específicas da historiografia moderna – o que, devo dizer, não é a linha argumentativa privilegiada nas próximas páginas, focadas inicialmente no exame do caráter retórico das *Istorie Fiorentine* e da *Storia d'Italia*, para, em seguida, examiná-las como performances letradas do bom juízo alicerçadas por um sentido de prudência distinto do usual entre os humanistas do *Quattrocento*.

¹⁴¹ Cf. GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 274. “But if in its formal aspects the *History of Italy* corresponds to humanist prescriptions, these are not the features which the reader considers as determining the character of the book. Rather it is a work which bears the imprint of the author’s personality and mind, and as such it is a reflection of the Florentine political tradition and of the political experiences of the age”.

4.3

Maquiavel: o sabor e o sentido das histórias.

Considerações gerais. Do suposto caráter inovador das Istorie Fiorentine de Maquiavel: breve estado da questão. O prêmio geral: as críticas às histórias de Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini. Da convencionalidade retórico-poética das Istorie. A história como performance letrada da prudência: a questão dos efeitos.

O ano de 1520 marcou o início da aproximação oficial de Maquiavel com os Medici. Após compor, nos três anos anteriores, peças letradas que tiveram boa circulação e contribuíram para a formação de uma sólida reputação de homem de letras engenhoso e hábil em vários gêneros – na comédia (*Mandragola*), na fábula (*Belfagor*), na poesia (*Asino*), no diálogo (*Arte da Guerra*), em gêneros históricos como a *Vita di Castruccio Castracani*, isso para não falar dos *Discorsi* e do *Príncipe*, um pouco anteriores e bastante difundido nos círculos eruditos florentinos¹⁴² –, Maquiavel recebe do Cardeal Giulio de' Medici, futuro papa Clemente VII, a incumbência de “escrever os anais, ou em verdade a história das coisas feitas pelo estado e cidade de Florença, a partir da data que lhe pareça conveniente, e em língua latina ou toscana, como preferir”, na formulação por ele mesmo sugerida em carta a Francesco del Nero – o qual, juntamente com o Cardeal Giulio, presidia o *Studio Fiorentino*.¹⁴³ Em seguida, foi agraciado com o salário de cem florins *di studio* – equivalente a cinquenta e sete florins *di suggello*, “pouco mais da metade do que ganhava regularmente nos bons tempos como chanceler da Senhoria”, nas palavras de Roberto Ridolfi.¹⁴⁴

Muitos já notaram proximidades importantes entre as *Istorie Fiorentine* e as histórias humanistas. Segundo Felix Gilbert, Maquiavel “modelou sua história de acordo com os padrões humanistas aceitos”: a história é dividida em livros, cada qual iniciando com reflexões de caráter geral; “a narrativa é salpicada com um vasto número de discursos cuidadosamente trabalhados”; “eventos importantes

¹⁴² Cf. RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquiavel*, pp. 191-201.

¹⁴³ Carta de Nicolau Maquiavel a Francesco del Nero, 10 de setembro de 1520. “Sai condotto per anni ecc. con salario ecc. con obligo che debba e sia tenuo scrivere gli annali o vero le istorie delle cose fatte da lo stato e città di Firenze, da quello tempo gli parrà più conveniente, et in quella lingua o latina o toscana che a lui parà”.

¹⁴⁴ RIDOLFI, Roberto. *Op. cit.*, p.210.

são anunciados por sinais dos céus, e as cenas de batalhas são dolorosamente relatadas”.¹⁴⁵ Porém, prossegue Gilbert,

existem indícios de que Maquiavel considerava as prescrições humanistas mais como convenções literárias que como uma forma apropriada para a escrita da história. Após descrever a batalha de Anghiari na maneira ornada requerida pela teoria histórica humanista, ele comentou que nessa longa e famosa batalha apenas um homem havia sido morto e ele não teria morrido em consequência de ação inimiga, e sim ao cair do seu cavalo e bater com a cabeça no chão. Com esta observação ele satirizou as elaboradas peças de batalha dos historiadores humanistas.¹⁴⁶

E conclui: “o modelo humanista era, para Maquiavel, uma estrutura onde ele expunha, quase que arbitrariamente, sua mensagem política”.¹⁴⁷

Há, em Gilbert, a presunção de dois domínios distintos atuando conjuntamente nas *Istorie*, com fronteiras claramente demarcadas: a forma, que pode ser satirizada e usada de maneira instrumental, e o conteúdo, dono de uma mensagem que se cola a uma moldura retórica que lhe dá suporte. Posição similar é sustentada por Harvey Mansfield, que afirma haver uma incerteza quanto ao caráter do escrito do secretário, se ele deve ser entendido como obra de ciência política ou como uma história¹⁴⁸ – dito de outra forma, tratar-se-ia de uma incerteza quanto ao aspecto fundamental das *Istorie*, se sua forma usual ou seu conteúdo inovador.¹⁴⁹ Segundo Donald Wilcox, as considerações tecidas no

¹⁴⁵ GILBERT, Felix. Machiavelli and Guicciardini, p. 237. “He framed his history according to the accepted humanist standards. [...] Machiavelli divided his work into a number of books, and each began with general reflections on a topic to which the events described in the following chapter referred. The narrative is studded with a large number of carefully wrought speeches. Important events are announced by signs from the heavens, and battle scenes are painstakingly related”.

¹⁴⁶ Idem. Ibid., p.237. “But there are indications that Machiavelli considered the humanist prescripts as a literary convention rather than as an appropriate form for the writing of history. After he described the battle of Anghiari in the ornate manner required by humanist historical theory, he commented that in this long and famous struggle only one man was killed and he did not die from enemy action but from falling from his horse and landing on his head. With this remark he satirized the elaborate battle pieces of the humanist historians”.

¹⁴⁷ Idem. Ibid., p. 238. “The humanist pattern was for Machiavelli a framework onto which he hung, almost arbitrarily, his political message”.

¹⁴⁸ Cf. MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli's Virtue*, p. 131. “Besides the uncertainty as to whether his work is history or political science, and in addition to the concentration on politics, Machiavelli shares with humanist historians the device of inventing speeches”.

¹⁴⁹ Trata-se de questão das mais debatidas entre os estudiosos de Maquiavel, a saber, o caráter da mobilização e circulação de muitas das hipóteses defendidas nos *Discorsi* nas *Istorie*. Cf. SASSO, Gennaro. *Niccolò Machiavelli, vol II. La storiografia*, p.47. “Ed è così importante che non a torto

proêmio geral das *Istorie* sobre Lenardo Bruni e Poggio Bracciolini, que analisarei adiante, constituem uma crítica ao conteúdo das histórias humanistas, embora Maquiavel, nas palavras de Wilcox, imite a “elegância formal” dos seus predecessores.¹⁵⁰

Penso que tais considerações, embora não deixem de ressaltar a proximidade das *Istorie* em relação aos modelos antigos e humanistas da *ars historica*, comportam alguns equívocos. O primeiro diz respeito à já referida pressuposição da separação entre forma e conteúdo; o texto das *Istorie*, nesse sentido, seria o marco de uma tensão irresoluta entre análise política efetiva e rigidez retórica formal, hibridismo que só não teria sido implodido por Maquiavel pelo fato de que ele fora contratado pelos Medici e, por essa razão, precisaria, em alguma medida, prestar contas com a tradição, o que teria feito pela imitação da forma humanista, não sem deixar registros de sua lucidez analítica, especialmente nos proêmios dos oito livros. “A história de Maquiavel”, afirma Andrea Matucci, “apenas aceita a retórica em seu primitivo sentido ‘oral’ de força de persuasão”, organizando “sua matéria de modo a sempre fazer sobressair o significado político, tornando possível passar com facilidade da ‘narração’ ao ‘discurso’”.¹⁵¹

O segundo equívoco que gostaria de destacar diz respeito à proposição de um antagonismo entre Maquiavel e os humanistas, que parece deixar em segundo plano a evidência de que a *ars historica* do *Quattrocento* voltava os olhos para os mesmos modelos emulados por Maquiavel, como Tito Lívio – não apenas nas *Istorie*, mas também nos *Discorsi* –, Salústio e Cícero. Muitas das questões vistas como centrais em Maquiavel, como a antiga *virtus* e o exame do caráter benéfico de certos conflitos internos, são articuladas pelo secretário a partir do tratamento destes *auctores*. Finalmente, o terceiro equívoco que gostaria de destacar está

potrebbe essere indicata come la questione stessa, per eccellenza, delle *Istorie Fiorentine*, – quella che concerne il significato, non solo storico, di quest’opera, ma altresì teorico-politico: il significato, insomma, che, variamente intrecciato con il primo, costituirà l’oggetto specifico della ricerca che sta per prendere il suo avvio”.

¹⁵⁰ Cf. WILCOX, Donald. *Op. cit.*, pp. 20-21. “Machiavelli goes on, however, to criticize the content of both histories of Florence, noting that Poggio and Bruni tended to neglect domestic affairs in their accounts of the wars and foreign relations of the city.

Machiavelli’s determination to imitate the formal elegance rather than the factual accuracy of his predecessors cannot be wholly explained by his preferences for vernacular sources”.

¹⁵¹ MATUCCI, Andrea. *Op. cit.*, p. 192. “La storia di Machiavelli, infatti, accetta la retorica solo nel suo primitivo senso ‘orale’ di forza di persuasione; evita ogni coinvolgimento emotivo con i personaggi e le loro vicende/ organizza la sua materia in modo da farne risaltare sempre il significato politico, così da potere facilmente passare dalla ‘narrazione’ al ‘discurso’, e costringere il lettore a un continuo confronto fra i fatti e le idee”.

diretamente associado ao anterior, e diz respeito à atribuição de uma intenção de ruptura supostamente articulada no próêmio geral das *Istorie*, a assim chamada “crítica à historiografia humanista” – associada, para Gian Mario Anselmi, à tentativa de “instaurar um discurso científico que restitua à história, na sua objetividade, também as lutas sociais”, o que incidiria numa “indubitável fratura em relação a todas as tradições historiográficas precedentes”.¹⁵² O fundamento desta concepção reside na dicotomização entre adesão plena e rejeição total dos cânones humanistas, abordagem que deixa pouco espaço para a proposição de possíveis modos mais sutis de relação do secretário com a *ars historica* humanista.

As *Istorie* levaram cerca de quatro anos para serem compostas – de 1521 a 1525. Na já referida carta a Francesco del Nero, Maquiavel deixa em aberto diversas possibilidades, da remuneração à escolha do idioma, passando pelo ano em que a narrativa deveria ter início. O comentário do secretário no próêmio geral das *Istorie* sobre a delimitação do ponto inicial de sua narrativa é crucial para a compreensão do entendimento de Maquiavel sobre a utilidade da história – ou, como ele chamara nos *Discorsi*, o verdadeiro conhecimento das histórias.

No próêmio, provavelmente redigido após a composição dos quatro primeiros livros¹⁵³, Maquiavel afirma sua aspiração inicial de começar seu relato a partir do ano de 1434:

Quando deliberei escrever as coisas feitas pelo povo florentino, dentro e fora de Florença, minha intenção era começar a narração pelo ano 1434 da era cristã, quando a família dos Medici, graças aos méritos de Cosimo e de Giovanni, seu pai, ganhou mais autoridade que qualquer outra em Florença.¹⁵⁴

¹⁵² ANSELM, Gian Mario. *Op. cit.*, p. 96. “Machiavelli tenta di instaurare un discorso scientifico, che restituisca alla storia nella sua oggettività anche le lotte sociali. I limiti in proposito del suo discorso sono i limiti storicamente determinati dal tempo (le nuove classi si erano appena affacciate alla storia): resta l’indubbia frattura operata rispetto a tutta la precedente tradizione storiografica”.

¹⁵³ Cf. SASSO, Gennaro. *Op. cit.*, p.11, nota 10. “Che il Proemio si riferisca in realtà ai primi quattro libri, si deduce agevolmente da quel che si legge nelle sue linee conclusive [...]. Sembra in effetti evidente che, mentre i primi quattro libri sono anteriori alla stesura del *Proemio*, che può perciò descriverli con precisione e indicarne i termini cronologici, i restanti appartengono al futuro; e, a parte l’ambiguità che si coglie nell’espressione ‘questi nostri presenti tempi’, Machiavelli evita, non a caso, di specificare quanti libri gli occorrono per pervenire al traguardo”.

Em seguida ele expõe os motivos que o teriam levado a desistir dessa idéia:

messer Lionardo d'Arezzo e messer Poggio, dois *excelentes historiadores* [*istorici*], já haviam narrado, com particularidades, todas as coisas sucedidas até aquele ano. Mas, depois de *ler diligentemente* seus escritos, para ver com que ordem e com que modo procediam, a fim de que, *imitando-os, nossa história recebesse melhor aprovação dos leitores*, percebi que foram muitíssimo diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos estrangeiros, mas que, no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como aos seus *efeitos*, eles calaram de todo uma parte e *descreveram a outra com tanta brevidade que nela os leitores não podem encontrar utilidade nem prazer algum*. Creio que assim fizeram por acharem que aquelas ações eram tão pouco importantes que as consideraram indignas de entrar para a memória das letras, ou então porque temiam ofender os descendentes daqueles que, naquelas narrativas, se houvesse de caluniar. Duas razões são essas que (seja dito em boa paz) me parecem de todo indignas de grandes homens; porque, *na história, se alguma coisa há que deleite ou ensine, é a descrição das particularidades*, e se alguma lição há que seja útil aos cidadãos que governam as repúblicas, é aquela que demonstra os motivos dos ódios e das divisões das cidades, para que, diante do perigo em que incorreram outros, eles possam ganhar sabedoria e manter-se unidos. [...] Não sei, portanto, qual a razão de não serem tais divisões dignas de descrição particularizada. E, se aqueles nobilíssimos escritores se tiverem contido para não ofenderem a memória daqueles de quem deviam falar, enganaram-se e mostraram que pouco conhecem a ambição dos homens e o desejo que têm de perpetuar seu nome e o dos antepassados; e não se lembraram que muitos, por não terem tido ocasião de conquistar a fama com alguma obra louvável, empenharam-se em conquistá-la com coisas vergonhosas; e não consideraram que as ações que têm em grandeza, como são as dos governos e dos estados, seja qual for o modo como são tratadas, seja qual for o seu fim, sempre conferem aos homens mais honra que reprovação. Então, depois de considerar tais coisas, mudei de propósito e decidi começar minha história pelo princípio de nossa cidade. E como *não é minha intenção ocupar o lugar alheio*, descreverei com particularidades, até 1434, somente aquilo que ocorreu dentro da cidade, e sobre as coisas de fora só direi o

¹⁵⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*, p.7.

que for necessário ao entendimento das de dentro; depois, passado o ano de 1434, escreverei com particularidades ambas as partes (grifos meus).¹⁵⁵

Este trecho é um dos mais citados nas análises críticas das *Istorie* de Maquiavel, não somente pelas menções explícitas aos humanistas Leonardo Bruni e Poggio Bracciolini, como também pela reafirmação de algo que Maquiavel já defendera nos *Discorsi*: a importância da análise cuidadosa das lutas internas e facções de um povo para uma compreensão apropriada das suas instituições, costumes e hábitos político-militares. Para a maior parte dos analistas, como Felix Gilbert, Gian Mario Anselmi, Andrea Matucci, Eric Cochrane, entre outros, o próêmio geral deve ser interpretado como uma crítica direta à “historiografia humanista”. Embora seja evidente que Maquiavel apresente uma crítica em relação às abordagens de Bruni e Poggio, creio ser preciso tomar alguns cuidados na interpretação desta passagem, para que ela não seja tratada como um manifesto de ruptura de uma suposta “historiografia crítica nascente” em relação a uma “historiografia retórica arcaizante”, cujo pressuposto implícito seria a separação entre esfera formal e retórica da história e análise efetiva da realidade, afastada de todo tipo de tratamento convencional. Defendo que as críticas de Maquiavel não têm por objeto as “tradições historiográficas precedentes”, como diz Anselmi; dirigem-se, isto sim, a um aspecto particular da análise de Bruni e Poggio, a saber, o tratamento inadequado da questão da discórdia civil, diretamente associado ao modo com que os humanistas consideravam a relação ente prudência, justiça e concórdia.

Isto não quer dizer, contudo, que Maquiavel não visse Bruni e Poggio como homens prudentes: “e como não é minha intenção ocupar o lugar alheio”, diz Maquiavel, “descreverei com particularidades, até 1434, somente aquilo que ocorreu dentro da cidade, e sobre as coisas de fora só direi o que for necessário ao entendimento das de dentro”: há, aqui, o reconhecimento da acuidade de “dois excelentes historiadores”, no que diz respeito ao tratamento das contendas de Florença com outros povos – aspecto decisivo, como analisei no capítulo 1, para a afirmação da segurança e grandeza do *stato*; logo, para a sustentação da liberdade em pelo menos um dos seus aspectos constitutivos, a ausência de dominação

¹⁵⁵ Idem. *Ibid.*, pp. 7-10.

externa. Para Maquiavel, os leitores que se dedicarem às histórias de Bruni e Poggio extrairão lições dignas e úteis no que diz respeito aos assuntos militares e às guerras florentinas, alcançando prazer com o relato e sentindo-se incitados a agir valorosamente na guerra e a buscar a glória verdadeira. Porém, no que diz respeito aos assuntos internos, suas análises revelam-se insatisfatórias, especialmente pela brevidade do tratamento ou mesmo ausência total de considerações acerca das discórdias civis. Nesses momentos, segundo Maquiavel, as histórias de Bruni e Poggio revelam-se incapazes de incitar à ação imitativa, por carecerem de conhecimento da matéria.

O direcionamento do olhar para as lutas internas revela um princípio orientador distinto daquele perceptível em Bruni e Poggio, princípio que, todavia, não é excludente em relação à atribuição de importância às guerras, às conquistas cidadinas e ao fortalecimento do *stato*. Como percebe Mikael Hörnqvist, “pela metade do século XIV, quando a República Florentina começou a emergir como um estado imperialista em sua aspiração à hegemonia na Toscana, os termos *libertas* e *libertà* eram frequentemente agrupados a conceitos como *imperium* e *signoria*”.¹⁵⁶ Esta associação predominou também nos séculos XV e XVI, fazendo-se presente, de acordo com os argumentos de Hörnqvist, nos escritos do secretário.¹⁵⁷ “uma cidade que vive livre”, diz Maquiavel nos *Discorsi*, “tem dois fins, um é conquistar, o outro manter-se livre”.¹⁵⁸ Porém, no que concerne à tópica da concórdia, o tratamento de Maquiavel distancia-se, embora não totalmente, dos preceitos ciceronianos.

Como analisei no primeiro capítulo, o secretário propõe uma distinção entre dois tipos de conflitos internos: aqueles naturais, entre os *grandi* e o *universale*, que quase sempre incidem em boas leis, e as contendas facciosas, quando os “humores naturais” dividem-se entre si, como se resultassem de adustão pernicioso, responsável por desregular completamente o sempre difícil equilíbrio

¹⁵⁶ HÖRNQVIST, Mikael. *Machiavelli and Empire*, p.40. “By the middle of the fourteenth century, when the Florentine republic began to emerge as an imperialist state in its own right aspiring to Tuscan hegemony, the terms *libertas* and *libertà* were often coupled with the concepts *imperium* and *signoria*, denoting dominion over internal or external subjects”.

¹⁵⁷ Cf. Idem. *Ibid.*, p.72. “When Machiavelli in his *Discourses on Livy* (c. 1514-18) lays down the basic tenet of Roman and Florentine republicanism, he draws on and summarizes this more than century-long tradition: ‘a city that lives free has two ends – one to acquire, the other to maintain itself free’”.

¹⁵⁸ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos*, I, 29, p. 95. Adaptação da tradução. No original: “avendo una città che vive libera duoi fini, l’uno lo acquistare, l’altro il mantenersi libera”.

do corpo político. A concórdia – entendida como tensão de humores distintos que, em equilíbrios provisórios, incidem na saúde do corpo político, como o fazem no corpo humano são – constitui, nas *Istorie*, horizonte regulatório que nunca esteve perto de se consumir efetivamente na cidade de Florença. Daí as constantes lutas que incidem no enfraquecimento do *stato* e que põem em xeque a segurança da República, afastando os homens da liberdade, tornando-os servos de seus apetites e, ainda pior, das forças estrangeiras que dispõem da cidade como bem entendem. A desatenção às contínuas repetições do facciosismo ao longo dos tempos fez dos florentinos vítimas de si mesmos, da própria incapacidade de alcançar o desejável equilíbrio provisório entre *grandi* e *universalis* – cujas tensões, em Roma, tomada como modelo comparativo pelo secretário, incidiam quase sempre no fortalecimento do corpo político –, pela reprodução de divisões internas fundadas em interesses mesquinhos e ambição desmedida. Não é de se estranhar, portanto, que as conquistas externas tão louvadas por Bruni e Poggio se tornem, no século XVI, meras lembranças, ante a constatação da incapacidade dos florentinos de reaver domínios perdidos e manter os poucos ainda existentes.

As *Istorie* procuram iluminar este aspecto crucial; se a afirmação da liberdade inata ao povo florentino constitui uma espécie de fio condutor das *Histórias* de Bruni, a atenção ao facciosismo é o ponto de ordenamento da descrição maquiaveliana das coisas acontecidas em Florença. Tratam-se não somente de pontos de vista distintos. Maquiavel afirma no próêmio que, “depois de *ler diligentemente*” as histórias de Bruni e Poggio, “para ver com que ordem e com que modo procediam”, é obrigado a atestar a inefetividade destes relatos no que concerne ao deleite e à produção de lições úteis acerca da dinâmica interna da cidade de Florença. Ao realizar uma variação de foco analítico, Maquiavel opera, também, uma significativa mudança de “modos e ordens” – o que não implica, porém, uma ruptura com a prática humanista da *ars historica*, ou, como defendem alguns, um afastamento no que diz respeito ao conteúdo das histórias quatrocentistas associado à atinência formal à *vera storia* humanista.

O procedimento analítico que orienta a análise maquiaveliana das coisas acontecidas em Florença – seus “modos e ordens”¹⁵⁹, expressão recorrente nos

¹⁵⁹ Como nota J. Patrick Coby, “Modes and orders (*modi ed ordini*) is Machiavelli’s preferred phrase for describing the principles and operations of government”. COBY, J. Patrick. *Machiavelli’s Romans. Liberty and Greatness in the Discourses on Livy*, p. 195.

escritos do secretário, sempre indicando um método particular de inferência prudencial da realidade, alicerçado na atenção à *verità effettualle della cosa* – tem dois fundamentos: (a) a ênfase nos resultados efetivos das ações dos agentes e na antecipação de possíveis deliberações e condutas destes, através do exame prudente da realidade e (b) o exame das particularidades das coisas ocorridas, verdadeira condição, segundo Maquiavel, para a produção de deleite e, logo, de lições úteis a partir da leitura das histórias. Nesse sentido, pode-se dizer que a apreciação minuciosa das coisas ocorridas fundamenta a observação aguda da dinâmica entre diversidades substanciais e acidentes, sem a qual o analista prudente não poderá, com o mínimo de segurança, orientar a formulação dos seus juízos.¹⁶⁰ Esta é a premissa essencial para que as ações de outros homens do passado possam ser incorporadas como experiências particulares – uma estabilidade ou recorrência de certos aspectos das coisas humanas.

Fundamentalmente, está em jogo uma concepção de prudência distinta daquela mobilizada por Bruni e Poggio. Se, para estes, a prudência consistia na decisão correta segundo as virtudes morais e a justiça, Maquiavel associa a prudência ao bom juízo efetivo – seja ele de um conselheiro de príncipe, de um embaixador em missão oficial, de um orador atuando nas instâncias deliberativas da República ou de um magistrado ocupando cargo oficial – daqueles capazes de interpretar apropriadamente os movimentos da realidade.

Numa passagem do livro IX de suas *Histórias* que trata do movimento dos *Ciampi*, Leonardo Bruni refere-se ao nobre Piero de Filippo degli Albizzi como “homem famoso por sua prudência”; já a Michele de Lando, homem de baixa extração que por seus méritos se torna *gonfaloniero*, Bruni não atribui esta qualidade.¹⁶¹ Maquiavel, em sua análise do mesmo movimento, confere a um plebeu não identificado as seguintes palavras, num discurso do livro III das *Istorie*: “confesso que essa decisão é audaz e perigosa, mas, quando se é premido pela necessidade, *a audácia é considerada prudência*” (grifo meu).¹⁶² Já a Piero degli Albizzi ele atribui uma deliberação desastrosa, responsável pela eleição de Salvestro de’Medici, “nascido de nobilíssima família do povo”, para o cargo de

¹⁶⁰ Sobre esta questão, conferir o capítulo 1, item 1.

¹⁶¹ BRUNI, Leonardo. *Op. cit.*, IX, p.19.

¹⁶² MAQUIAVEL, Nicolau. *Op. cit.*, III, 13, p. 186.

gonfaloniero, acirrando ainda mais os conflitos entre *grandi* e populares.¹⁶³ Prudente, para Maquiavel, teria sido Michele de Lando, homem de extração baixa mas que, no comando da República, soube tomar decisões apropriadas ao momento de crise: “Michele aceitou a Senhoria; e, como era homem sagaz e prudente, cujos dotes devia mais à natureza que à fortuna, decidiu apaziguar a cidade e pôr fim aos tumultos”.¹⁶⁴ Bruni, embora considere uma “sorte divina” que o gonfalão tenha parado nas mãos de Michele “naqueles tempos turbulentos”; ainda que ateste sua “autoridade natural”; conquanto reconheça a relevância de sua atuação para o apaziguamento dos conflitos naquele ano de 1378, não o qualifica em momento algum como prudente.¹⁶⁵

A nobreza da extração familiar, para o secretário, não é garantia de bom juízo; somente a argúcia analítica, a atenção à variedade das coisas do mundo e a tentativa de antever as possíveis ações de outros agentes, critérios necessariamente associados à eloquência, conformam premissas capazes de alicerçar um juízo prudencial efetivo. Assim, pode-se dizer que em Maquiavel a utilidade do relato histórico é associada não à produção de lições gerais moralizantes, mas a análises particulares que levem em conta as condições dos tempos, as minúcias da realidade e seus efeitos; nesse sentido, as lições maquiavelianas têm mais a ensinar sobre seu próprio modo de inferência que acerca dos produtos finais dos ajuizamentos, frutos de considerações alicerçadas no exame das particularidades, mesmo quando mobilizam sentenças gerais, como analisarei adiante. O olhar agudo e penetrante de Maquiavel, atento mais aos efeitos das ações humanas que a deontologias rígidas, opera o reexame da trajetória do povo florentino, não pelo

¹⁶³ Cf. Idem. *Ibid.*, III, 9, pp. 173-174. “Corria então o ano de 1378, e o mês era abril; *messer* Lapo não achava bom diferir a ação, afirmando que nada prejudica tanto o tempo quanto o tempo, sobretudo para eles, já que na próxima Senhoria Salvestro de’Medici facilmente seria gonfaloneiro, e, como sabiam, ele era contrário à facção deles. Piero degli Albizzi, por outro lado, achava bom diferir, porque julgava que precisavam de forças, que não seria possível reuni-las sem chamar a atenção, e, se fossem descobertos, correriam sério perigo. [...] Tomaram, portanto, essa decisão, ainda que *messer* Lapo concordasse de má vontade, considerando nocivo diferir a ação, pois nunca será inteiramente conveniente o momento de executar uma ação, de modo que quem espera todas as conveniências ou não tenta coisa alguma, ou, se a tenta, na maioria das vezes o faz para a própria desvantagem. Advertiram o Colégio, mas não conseguiram impedir que Salvestro se tornasse gonfaloneiro, porque, quando os Oito descobriram a manobra, impediram que fosse feita nova votação. Com isso, para gonfaloneiro foi sorteado o nome de Salvestro, filho de *messer* Alamanno de’Medici.

¹⁶⁴ Idem. *Ibid.*, 16, p.193.

¹⁶⁵ BRUNI, Leonardo. *Op. cit.*, IX, p. 11. Posição similar é defendida por Guicciardini em suas *juvenis Istorie Fiorentine*, onde o governo dos Ciompi responsável por “muitas coisas brutas”. Cf. GUICCIARDINI, Francesco. *Istorie Fiorentine*, p.78.

viés na monumentalização da liberdade, e sim pela rígida perscrutação da herança de corrupção dos costumes, abandono da antiga virtude e decadência.

Pode-se notar, nesse sentido, uma proximidade de Maquiavel em relação ao modelo polibiano da “história pragmática”. Diz Políbio:

Sem dúvida, a partir do entrelaçamento e comparação de todos os feitos entre si, levando-se em conta suas semelhanças e diferenças, somente assim poder-se-ia alcançar, no tempo apropriado, o deleite e o proveito proporcionados pela história.¹⁶⁶

Note-se que Políbio, assim como Maquiavel, entrelaça utilidade e deleite: somente pela exposição das particularidades a narrativa histórica pode produzir um efeito retórico de presença como os defendidos por Cícero e Luciano; apenas um relato bem construído, detalhado, ornado, capaz de prender a atenção – em suma, o produto do engenho aguçado de um homem de letras prudente, capaz de dominar as convenções ético-retóricas exigidas no tratamento de sua matéria –, mostra-se apto a mover o leitor no sentido da ação imitativa. Esta parece ser a questão em jogo na famosa passagem dos *Discorsi*:

No entanto, na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios, não se vê príncipe ou república que recorra aos exemplos dos antigos. E creio que isso provém não tanto da fraqueza à qual a atual religião conduziu o mundo, ou do mal que um ambicioso ócio fez a muitas regiões e cidades cristãs, quanto do fato de *não haver verdadeiro conhecimento das histórias*, de não se extrair de sua *leitura* o *sentido*, de não se sentir nelas o *sabor* que têm. Motivo por que infinitas pessoas que as lêem sentem prazer em ouvir a grande variedade de acontecimentos que elas contêm, mas *não pensam em imitá-las*, considerando a imitação não só difícil como também impossível; como se o céu, o sol, os elementos, os homens tivessem mudado de movimento, ordem e poder, distinguindo-se do que eram antigamente (grifos meus).¹⁶⁷

¹⁶⁶ POLÍBIO. *Histórias*, I, 4.

¹⁶⁷ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discorsi*, I, proêmio, pp. 6-7.

Como analisei anteriormente, o gênero epidítico visava fundamentalmente o deleite da audiência, que na história não constituía fim em si mesmo, na medida em que se supunha que o relato deveria incidir na fixação de lições úteis. Também já foi dito que a partir de meados do século XV as fronteiras entre os gêneros epidítico e deliberativo tornam-se cada vez mais tênues, o que reforça ainda mais a associação entre deleite e utilidade. Na passagem dos *Discorsi* citada acima, Maquiavel associa o “verdadeiro conhecimento das histórias” a uma leitura capaz de extrair delas *sentido e sabor*, ou seja, uma leitura que se consome plenamente tanto no deleite – o sabor –, quanto na utilidade, o sentido revelado na imitação de ações dignas e virtuosas dos grandes romanos do período republicano. Entretanto, argumenta Maquiavel, os homens de seu tempo recusavam-se a imitar as grandes ações dos homens do passado, talvez por terem desaprendido o modo diligente de ler as histórias.

Há, assim, uma estreita proximidade entre o deleite, a imitação e a ação: o primeiro produz disposição favorável, a segunda escolhe o modelo apropriado, através de leitura cuidadosa, enquanto a terceira produz os resultados e efeitos desejados. Este é, para Maquiavel, o verdadeiro conhecimento das histórias. Este é, também, o princípio ordenador de suas *Istorie*, conhecimento efetivo que busca tanto nas particularidades das coisas quanto na leitura atenta e diligente de histórias antigas e, como nota Riccardo Fubini, das crônicas do *Trecento* e do *Quattrocento*,¹⁶⁸ elementos capazes de conformar bons juízos, urdidos com eloquência a partir de matéria abundante. Ao mesmo tempo, tais lições precisam ser efetivas e persuasivas, pois o verdadeiro conhecimento das histórias é o que se materializa em ações imitativas; sem isso, o conhecimento será incompleto, e não poderá ser chamado de prudente.

Pode-se dizer, portanto, que o verdadeiro conhecimento das histórias em Maquiavel consuma-se com uma performance prudencial do bom juízo com viés utilitário, a ação imitativa, cuja condição de possibilidade reside na leitura atenta e diligente das histórias, especialmente as antigas. Nas *Istorie*, a leitura atenta e diligente também constitui condição de possibilidade do verdadeiro conhecimento

¹⁶⁸ Cf. FUBINI, Riccardo. “Machiavelli, i Medici e la storia di Firenze nel Quattrocento”. In: *Op. cit.*, p. 204. “Pur nell’ambizione di una storiografia ad elevate pretese letterarie, e soprattutto inquadrata nella storia generale d’Italia così come era stata suggerita dai suoi modelli umanistici, Machiavelli aderisce in pari tempo alle prospettive comunali e private di autori quali Villani,

das histórias, aquele efetivo, sem revelar, contudo, um viés utilitário tão explícito, uma vez que os modelos a serem imitados são raros e pouco se destacam em cenários marcados pela corrupção dos costumes e estranhamento da antiga *virtù*. Nesse sentido, pode-se dizer que a opção pelo tratamento das lutas internas nas *Istorie* revela-se o produto da leitura diligente realizada por Maquiavel das crônicas e histórias dos séculos anteriores; ao mesmo tempo, ela visa à produção de efeitos persuasivos capazes de deleitar seus ouvintes e em seguida movê-los, se não a imitar bons modelos, em função da quase ausência desses, a emular o modo de *ragionamento* exposto nas *Istorie*. Aqui há uma diferença importante em relação aos *Discorsi*, onde os padrões de referência são os romanos do período republicano, ápice da antiga *virtus*. Nas *Istorie*, os exemplos são florentinos: os modelos para a imitação, se existem, encontram-se perdidos em meio à degradação geral.

Com base no que foi dito, pode-se atestar a indissociabilidade entre *ars dicendi* e *rerum cognitione* nas *Istorie*. O deslocamento do foco analítico operado por Maquiavel é retórico em todos os seus momentos, estando diretamente atrelado à reconfiguração do conceito de prudência operada em seus escritos. A história, assim, deixa de ser concebida como um monumento, passando a constituir uma forma de performance letrada do bom juízo, evento cuja atualização por ouvintes e leitores dependerá fundamentalmente da observação e imitação não das ações, mas do modo cuidadoso de inferência. Isto não implica atestar um distanciamento da convencionalidade ético-retórica: os fins últimos das *Istorie* são o útil e o honesto. Porém, diz ele sobre seu tempo, “nos príncipes não há apetite de glória verdadeira, e nas repúblicas não há nenhuma ordenação que mereça louvor”.¹⁶⁹ Os homens, argumenta o secretário, sequer são capazes de ler diligentemente as histórias antigas. Por esse viés, as *Istorie*, focadas na corrupção dos tempos, nos erros dos homens, nas condutas impróprias e imprudentes, na incapacidade decisória, não apenas ensinam pelo viés da negatividade como oferecem o próprio mecanismo do ajuizamento prudente. As *Istorie*, nesse sentido, ensinam a pensar; suas lições são pouco tangíveis, mas nem por isso

Cavalcanti, Giovanni di Carlo”. Conferir também: PHILLIPS, Mark. *The Memoir of Marco Parenti. A Life in Medici Florence*, pp. 217-240.

¹⁶⁹ MAQUIAVEL. *Op. cit.*, II, 1, p. 77.

menos eficientes. Elas não fornecem ensinamentos morais de validade indistinta, mesmo quando produzem sentenças – por sentença, entenda-se “um fraseado tirado da experiência que mostra brevemente algo que acontece ou deveria acontecer na vida”, segundo definição da *Retórica a Herênio*.¹⁷⁰

Como analisei no primeiro capítulo, as sentenças, quando dispostas esparsamente, “contribuem muito para o ornamento e necessariamente o ouvinte dará seu assentimento tácito, quando vir que se acomoda à causa um princípio indiscutível, tomado da vida e dos costumes”.¹⁷¹ As sentenças se espalham pelas *Istorie*: “em muitas empresas a tardança te tolhe a ocasião, e a celeridade as forças”;¹⁷² “mas, como nas ações perigosas, quanto mais se pensa, menor é a vontade de executar, sempre são descobertas as conjurações cuja execução demora certo tempo”;¹⁷³ “sem dúvida, maior é a indignação e mais graves são as feridas de quem recupera a liberdade do que de quem a defende”.¹⁷⁴ Embora sejam apresentadas como princípios indiscutíveis, ela não constituem julgamentos morais; a finalidade aqui é menos a produção da lição que a construção do deleite, através da ornamentação adequada – uma “quebra” da narrativa através da articulação ocasional da descrição das coisas com reflexões advindas da experiência. Elas não são conclusões naturais das histórias, e sim princípios tácitos mobilizados para a produção de efeitos persuasivos.

Não há, portanto, a delimitação de lições universais moralizantes. O ensinamento das *Istorie* diz respeito à educação do olhar no sentido da prudência. Este é precisamente o ponto de conexão entre o escrito maquiaveliano e a *Storia d'Italia* de Guicciardini. Embora os produtos do juízo prudencial sejam completamente distintos, a lição legada diz respeito à necessidade de aprimoramento das faculdades analíticas.

¹⁷⁰ AD. *Retórica a Herênio*, IV, 24, p. 235.

¹⁷¹ Idem. *Ibid.*, 25, pp. 235-237.

¹⁷² MAQUIAVEL, Nicolau. *Op. cit.*, II, 22, p. 112.

¹⁷³ Idem. *Ibid.*, II, 32, p. 128.

¹⁷⁴ Idem. *Ibid.*, II, 37, p. 146.

4.4 Guicciardini e os limites da prudência.

Da atinência à verità effetuale. Os limites da análise prudencial da realidade. Os retratos de Guicciardini.

Se os manuscritos políticos de Guicciardini foram redescobertos apenas no século XIX, sua maior empreitada literária, a *Storia d'Italia*, teve ampla repercussão já no século XVI. Publicada vinte e um anos após a morte do autor, foi rapidamente traduzida para o inglês, francês, latim, espanhol e alemão.¹⁷⁵ Considerada por muitos o registro mais importante da crise dos valores que caracterizaram o apogeu da Renascença, a *Storia d'Italia* impressiona pela riqueza dos seus retratos e pela análise aguda da situação política italiana, ao enfatizar o papel de destaque adquirido por França e Espanha na região.

Redigida entre 1535-1540, a história apresenta uma análise das “coisas ocorridas na Itália” a partir da morte de Lorenzo de’Medici e da chegada dos franceses – chamada por ele e por muitos dentre seus contemporâneos de *calamità* (calamidade) italiana –, com vistas à edificação de um relato exemplar, a partir dos preceitos ciceronianos sobre a *ars historica*.¹⁷⁶ Na *Storia d'Italia*, porém, as análises das personagens envolvidas na dinâmica política italiana no período da calamidade não são exclusivamente construídas a partir da mobilização de lugares-comuns retóricos de elogio ou censura, sustentados por ampliações de virtudes ou vícios. Embora lance mão destas tópicas em diversos momentos, Guicciardini se propõe a realizar uma análise atenta e penetrante das motivações dos agentes e das sutilezas da realidade – no que se revela em acordo com o princípio da *verità effetuale della cosa*.¹⁷⁷

Se no *Dialogo* Guicciardini argumenta que aqueles que queiram tomar o passado como modelo devem ser muito perspicazes na leitura das histórias,

¹⁷⁵ Cf. RIDOLFI, Roberto. *Studi Guicciardiniani*, p.18.

¹⁷⁶ Cf. BARUCCI, Guglielmo. *I segni e la storia. Modelli tacitiani nella Storia d'Italia del Guicciardini*, p.15. “La *Storia d'Italia*, prima opera storiografica del Guicciardini concepita per la pubblicazione, è infatti decisamente impostata sul principio ciceroniano dell’*opus oratorium maxime* e sulle sue esigenze di *decorum* riflesse nel profilo classicheggiante costituito dall’attenzione agli eventi militari, la scansione annalistica, il largo impiego di orazioni, suggerendo così un impianto tipicamente, ma anche genericamente, liviano”.

¹⁷⁷ Cf. GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 292. “The conventional method which historians used to describe a personality (and which Guicciardini used in his first *Florentine History*), was to view

porque mínimas variações nas situações podem produzir conseqüências enormemente diferentes – “tudo aquilo que foi no passado, parte é no presente, parte será em outros tempos e algum dia retornará a ser, mas sobre aspectos exteriores diferentes e várias cores, de modo que quem não possui os olhos muito bons o toma por novo e não o reconhece”¹⁷⁸ –, conformando assim uma possibilidade de cálculo relativamente seguro da dinâmica da realidade, e se na máxima 117 dos *Ricordi* os “olhos bons e perspicazes”, atentos a “cada mínima variedade”, podem orientar um ajuizamento prudente sobre as coisas do mundo, na *Storia d'Italia* Guicciardini argumentará que “é sem dúvida muito perigoso governar-se com os exemplos se não concorrem, não só em geral mas em todos os particulares, as mesmas razões, se as coisas são reguladas com a mesma prudência, e se, como nos outros fundamentos, não haja uma mesma fortuna”.¹⁷⁹ Aqui, as possibilidades de uma análise prudencial segura da realidade são reduzidas a patamares mínimos.¹⁸⁰ A atenção às minúcias da realidade, nesse sentido, configura-se não mais como modo possível de atestar padrões de estabilidade associados às diversidades substanciais das coisas, como no *Dialogo* ou mesmo nos *Ricordi*. O controle dos resultados das intervenções no mundo definitivamente fugiram ao controle dos prudentes. Assim, até mesmo a exemplaridade do processo de ajuizamento, mais que das lições gerais em si – segundo o modelo *das Istorie Fiorentine* –, torna-se de difícil consecução: embora o leitor da *Storia d'Italia* se veja recorrentemente diante de diversos percursos de ajuizamento prudente, a efetividade dessas análises é posta em xeque, uma vez que enredadas em teias quase imperscrutáveis de “erros vãos”.

Tome-se o caso de Ferdinando, rei de Nápoles, a quem Guicciardini atribui imensa habilidade de interpretação das coisas do mundo, especialmente por sua aptidão para antecipar possíveis desenlaces das ações de outros agentes

the individual in relation to the recognized scheme of virtues and vices so that the moral qualities of the individual in question would be clearly discernible to the reader”.

¹⁷⁸ GUICCIARDINI, Francesco. *Dialogo del Reggimento di Firenze*, p.36.

¹⁷⁹ GUICCIARDINI, Francesco. *Storia d'Italia*, I, 14, p. 98. “Ma è senza dubbio molto pericoloso il governarsi con gli esempli se non concorrono, non solo in generale ma in tutti i particolari, le medesime ragione, se le cose non sono regolate con la medesima prudenzia, e se, oltre a tutti gli antro fondamenti, non v’ha la parte sua la medesima fortuna”.

¹⁸⁰ Cf. JASMIN, Marcelo. “Política e historiografia no Renascimento italiano”, p.200. “Mas a *História da Itália* de Guicciardini radicalizara de tal modo as exigências da análise empírica que acabou por negar o império da repetição (e com ele o da *virtù*) para afirmar aquele da fortuna (e com ele o da *discrezione*).

políticos.¹⁸¹ Tal capacidade, contudo, não foi suficiente para impedir sua ruína: cercado pela corrupção dos costumes e dos valores, rodeados por *condottieri* e príncipes ineptos, não há muito que o prudente possa fazer – o que se relaciona diretamente à maneira com que Guicciardini concebe a dinâmica das “coisas do mundo”, especialmente a ênfase atribuída ao papel da *Fortuna*, que se torna, na *Storia d'Italia*, uma força praticamente incontrolável que a tudo arrasta: “é grandíssimo (como todos sabem) em todas as ações humanas o poder da fortuna”.¹⁸²

Assim, embora afirme na abertura da *Storia* que “do conhecimento de tais fatos, tão graves e variados, todos poderão adquirir muitos ensinamentos salutares, para si e para o bem público”, o máximo de generalização que tais “ensinamentos salutares” comportam é a afirmação de que “por exemplos inumeráveis, ficará evidente toda a instabilidade que se impõe às coisas humanas”. Nas palavras de Felix Gilbert, “na *História da Itália* de Guicciardini praticamente inexistem exemplos que possam ser imitados”¹⁸³, o que o escritor florentino afirma logo no proêmio:

quão perniciosos são, quase sempre a si mesmos mas sempre ao povo, os maus conselhos proferidos por aqueles que governam, quando, por erros vãos ou cupidez imediata, vislumbram apenas o que está diante dos olhos, não se recordando das freqüentes variações da Fortuna; e valendo-se, em detrimento alheio, do poder a eles concedido pela coletividade, fazem-se, ou por pouca prudência ou por demasiada ambição, autores de novos tumultos.¹⁸⁴

¹⁸¹ GUICCIARDINI, Francesco. *Op. cit.*, I, 2, pp. 11-12. “[...] e, tra gli altri, è manifesto cge il re di Napoli, benché in publico il dolore conceputo dissimulasse, significò alla reina sua moglie con lacrime, dalle quali era solito astenersi eziandio nella morte de’ figliuoli, essere creato uno pontefice che sarebbe perniciosissimo a Italia e a tutta la republica cristiana: *pronostico veramente non indegno della prudenza di Ferdinando*” (grifo meu).

¹⁸² Idem. *Ibid.*, II, 9, p. 193. “Ma è grandissima (come ognuno sa) in tutte l’azioni umane la potestà della fortuna”.

¹⁸³ GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 282. “The humanists believed that history taught by example. In Guicciardini’s *History of Italy* there are hardly any examples which ought to be imitated”.

¹⁸⁴ GUICCIARDINI, Francesco. *Op. cit.*, I, 1, p. 5. “[...] quanto siano perniciosi, quasi sempre a se stessi ma sempre a’popoli, i consigli male misurati di coloro che dominano, quando, avendo solamente innanzi agli occhio o errori vani o le cupidità presenti, non si ricordano delle spesse variazioni della fortuna, e convertendo in detrimento altrui la potestà conceduta loro per la salute comune, si fanno, o per poca prudenza o per troppa ambizione, autori di nuove turbazioni”.

A narrativa das “coisas ocorridas na Itália segundo nossa memória”¹⁸⁵ constitui, nesse sentido, uma seqüência de erros, oriundos da má interpretação da realidade pelos governantes “italianos”. Agindo com “pouca prudência” e “demasiada ambição”, eles teriam levado Repúblicas e principados à ruína. Como afirma Mark Phillips, “Guicciardini percebe claramente que os acontecimentos eram ainda mais trágicos por não serem inevitáveis”:¹⁸⁶ a queda dos estados italianos, da situação de estabilidade nos últimos decênios do século XV para a *calamità*, decorre fundamentalmente dos “maus conselhos” dos governantes.

Diante deste quadro, o leitor dificilmente poderá extrair modelos afirmativos de conduta; no máximo, aprenderá a não agir como os protagonistas da *Storia d'Italia*. É certo, porém, que seus leitores, como aqueles das *Istorie Fiorentine*, poderão se educar num modo de inferência alicerçado no exame minucioso da realidade, atento aos efeitos das ações dos agentes envolvidos em processos decisórios – somente os prudentes, donos de “olhos bons e perspicazes”, possuidores de vasta experiência e erudição nas histórias antigas e modernas, podem, segundo ele, destrinchar as diversas nuances envolvidas na dinâmica da realidade. Os prudentes, porém, não são muitos, como argumenta Guicciardini; e mesmo eles precisam recorrer a conselhos:

nada é certamente mais necessário nas deliberações árduas, nenhuma coisa de outra parte mais perigosa, que solicitar conselho; tampouco existe dúvida de que o conselho é menos necessário aos homens prudentes que aos imprudentes; e não obstante, que os sábios obtêm muito mais utilidade ao se aconselharem. Pois quem é dono de prudência tão perfeita que sempre considere e conheça as coisas por si mesmo? E nas razões contrárias discirna sempre a melhor parte? E que certeza tem aquele que demanda o conselho de ser fielmente aconselhado? Porque quem dá o conselho, se não for muito fiel ou devotado a quem o demanda, não somente movido por interesses notáveis mas pensando em sua pequena comodidade e satisfação ligeira, dirige seu conselho ao fim que mais lhe convém, ou de que pode se beneficiar; e sendo esses fins no mais das vezes desconhecidos de quem pede os conselhos, este não notará, se não for prudente, a infidelidade do conselho.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Idem. “cose accadute alla memoria nostra in Italia”.

¹⁸⁶ Cf. PHILLIPS, Mark. *Francesco Guicciardini: the Historian's Craft*, p. 121. “Guicciardini's clear perception that what happened was the more tragic because it was not inevitable”.

¹⁸⁷ GUICCIARDINI, Francesco. *Op. cit.*, I, 16, pp. 108-9. “Niuna cosa è certamente più necessaria nelle deliberazioni ardue, niuna da altra parte più pericolosa, che'l domandare consiglio; né è

Somente a deliberação pública pode incidir em ajuizamentos seguros, porque fundamentados em debate *in utramque partem*, calcados na vasta exploração dos diversos lados de uma questão e resultantes do consenso prudencial. Esta é precisamente a situação esboçada no *Dialogo del Reggimento di Firenze*, redigido entre 1521 e 1526, que apresenta um colóquio ocorrido no ano de 1494, supostamente narrado a Francesco Guicciardini por seu pai, um dos interlocutores. O homem particular, contudo, dificilmente será capaz de não cometer os equívocos de julgamento que a deliberação pública acaba evitando. Na segunda metade da década de 1530, período de composição da *Storia d'Italia*, debates republicanos como o esboçado no *Dialogo* constituíam meras memórias fugidias.¹⁸⁸ Florença se transformara num ducado, e as instâncias de debate davam lugar, cada vez mais, aos conselheiros privados, muitas vezes mais interessados em manter a própria influência que na saúde da *res publica*. Cercado por homens imprudentes, interessados apenas na realização das próprias ambições, resta ao prudente pouco mais que a lamentação do desenlace da *calamità*, erigida como narrativa detalhada de erros e falhas estratégicas. Como nota B. A. Haddock, Guicciardini

manteve o uso de discursos formais, cuidadosamente emparelhados, para explicar os motivos e intenções das partes antagônicas e explorou com grande efeito o tradicional estudo de caráter que se inseria no texto a seguir à morte de uma figura proeminente. Enquanto estes artifícios tinham sido utilizados em dias mais otimistas para realçar as lições políticas ou morais, Guicciardini recorreu a eles para exemplificar a futilidade das esperanças, ambições e planos dos sucessivos chefes face a uma *fortuna* hostil. Há uma certa sabedoria que se pode ganhar aqui; mas o *motif* predominante é mais a resignação à mutabilidade dos assuntos

dubbio che manco è necessario agli uomini prudenti il consiglio che afli imprudenti; e nondimento, che molto più utilità riportano i savi del consigliarsi. Perché chi è quello di prudenza tanto perfetta che consideri sempre e conosca ogni cosa da se stesso? E nelle ragioni contrarie discerna sempre la migliore parte? Ma che certezza ha chi domanda il consiglio d'essere fedelmente consigliato? Perché chi dà il consiglio, sen non è molto fedele o affezionato a chi'l domanda, non solo mosso da notabile interesse mas per ogni suo piccolo comodo, per ogni leggiera sidisfazione, dirizza spesso il consiglio a quel fine che più gli torna a proposito o di che più si compiace; e essendo questi fini il più delle volte incogniti a chi cerca d'essere consigliato, non s'accorge, se non è prudente, della infedeltà del consiglio”.

¹⁸⁸ Cf. LUGNANI, Emanuella Scarano. *Guicciardini e la crisi del Rinascimento*, p.86. “In realtà all’approdo definitivo alla storiografia spingono in maniera determinante soprattutto le esperienze politiche successive al 1530”.

humanos do que qualquer concepção do conhecimento dos fundamentos da história como chave para o êxito neste mundo.¹⁸⁹

Como resultado deste conjunto de preocupações, a história acaba sendo configurada como uma investigação focada na percepção e compreensão dos movimentos e variações das “coisas do mundo” – trata-se, nas palavras de Gennaro Sasso, de uma “*discrezione* historiográfica” fundada na “prudência crítica” e capaz de penetrar e as complexidades de um tempo de crise.¹⁹⁰ Como nota Franco Gaeta, “na *Storia d’Italia*” a tragédia italiana é narrada sob a insígnia do poder da fortuna e da falácia dos homens”.¹⁹¹ A dinâmica das transformações da realidade passa ao primeiro plano, e a descrição do *ethos* dos agentes, embora possua força persuasiva, é menos importante que os efeitos produzidos pelas ações desses mesmos agentes. Veja-se, por exemplo, o retrato do papa Alexandre VI traçado por Guicciardini:

Porque em Alexandre sexto (assim foi chamado o novo pontífice) havia solércia e sagacidade singulares, excelente *consiglio*, maravilhosa eficácia na persuasão, e em todas as questões graves solitudine e destreza incriveis; mas estas *virtù* eram acompanhadas em grande medida por vícios: costumes muito obscenos, nem sinceridade nem vergonha nem verdade nem fé nem religião, avareza insaciável, ambição imoderada, crueldade mais que bárbara e ardente cupidez ao exaltar de qualquer maneira seus filhos, que eram muitos.¹⁹²

A mobilização dos vícios atua, neste trecho, como elemento para a construção retórica do caráter, o *ethos* de Alexandre VI. No entanto, as habilidades analíticas do papa Borgia são destacadas e vistas como aspectos

¹⁸⁹ HADDOCK, B. A. *Uma introdução ao pensamento histórico*, p.27.

¹⁹⁰ Cf. SASSO, Gennaro. “I volti del ‘particolare’”. In: *Per Francesco Guicciardini. Quattro Studi*, p.3. “Che, più di quello machiavelliano, questo ‘sistema’ di pensiero, così sapientemente fondato sulla prudenza critica, sulla ‘misura’ politica, sulla ‘discrezione’ storiografica, sia fatto per piacere a culture perplesse e in crisi, stanche di valore assoluti e, nel nome del libero esperimento, poco disposte, ormai, a intraprendere la via che conduce al ‘fondamento’, si può comprendere”.

¹⁹¹ GAETA, Franco. “Il percorso storiografico di F. Guicciardini”, p. 159. “Nella *Storia d’Italia* la tragedia italiana è narrata all’insegna della potenza della fortuna e della fallacia degli uomini”.

¹⁹² Idem. *Ibid.*, I, 2, p.12. “Perché in Alessandro sesto (così volle essere chiamato il nuovo pontefice) fu solerzia e sagacità singolare, consiglio eccellente, efficacia a persuadere meravigliosa, e a tutte le faccende gravi sollecitudine e destreza incredibile; ma erano queste virtù avanzate di grande intervallo da’ vizi: costumi oscenissimi, non sincerità non vergogna non verità non fede non religione, avarizia insaziabile, ambizione immoderata, crudeltà più che barbara e ardentissima cupidità di esaltare in qualunque modo i figliuoli i quali erano molti”.

responsáveis por levá-lo a uma posição de destaque no cenário italiano. Nesse sentido, pelo critério dos efeitos, Alexandre foi bem-sucedido, pois conseguiu obter muitos dos resultados que desejou; embora não possa ser chamado de virtuoso em sentido moral, a qualificação de prudente se aplica a ele – note-se, por exemplo, a mobilização das tópicas da solércia (*solerzia* ou *soltertia*) e do *consiglio*, associadas por Pontano à *prudentia*.

Os retratos esboçados por Guicciardini tornaram-se famosos, sendo considerados por diversos analistas como descrições “psicológicas” dos agentes.¹⁹³ Penso, porém, que eles se mostram adequados às convenções ético-retóricas associadas ao gênero epidítico. Não existe, da parte de Guicciardini, uma inquirição acerca da subjetividade dos agentes; trata-se do exame minucioso dos modos de agir destes, a partir da mobilização de tópicos convencionais de forma bastante engenhosa, que resultam na construção do *ethos* coerente. Ao minimizar as amplificações, por perceber que virtude e vício, num momento de corrupção, acabam se confundindo, Guicciardini produz exames que, para os leitores modernos, parecem menos rígidos e “estereotipados” que, por exemplo, os de Leonardo Bruni, ou de historiadores antigos como Tito Lívio e Salústio, embora constituam mobilizações de lugares-comuns da retórica epidítica e deliberativa. Tome-se, por exemplo, a famosa comparação entre os dois papas Medici, Leão X e Clemente VII.

Leão X, para Guicciardini, foi “homem de suma liberalidade”. No que diz respeito a seu pontificado, demonstrou grande “magnificência, esplendor e ânimo verdadeiramente real”.¹⁹⁴ Ao mesmo tempo, ele possuía uma profunda capacidade de simulação, “com a qual enganou a todos no início do seu pontificado, e o fez parecer um príncipe ótimo”.¹⁹⁵ Sobre seus modos, diz ele: “não digo de bondade apostólica, porque nos nossos costumes corrompidos a bondade do pontífice é louvada quando não ultrapassa a malícia [*malignità*] dos outros homens”. Ao

¹⁹³ Cf. PHILLIPS, Mark. *Op. cit.*, p.130. “But Guicciardini’s historical understanding is distilled from his sense of the particulars, especially of personalities. Psychology and self-interest guide the flow of events in the *Storia*”; GILBERT, Felix. *Op. cit.*, p. 290. “more intensive psychological explanations of human motivations”.

¹⁹⁴ GUICCIARDINI, Francesco. *Op. cit.*, XVI, 12, p. 1666. “Lione [...] fu uomo di somma liberalità; se però si conviene questo nome a quello spendere eccessivo che passa ogni misura. In costui, assunto al pontificato, apparì tanta magnificenza e splendore e animo veramente regale che e’sarebbe stato meraviglioso ezidiando in uno che fusse per lunga successione disceso di re o di imperadori”.

¹⁹⁵ Idem. “A questa tanta facilità era aggiunta una profondissima simulazione, con la quale aggirava ognuno nel principio del suo pontificato, e lo fece parere principe ottimo”.

mesmo tempo, “era reputado clemente”.¹⁹⁶ “Nos primeiros tempos de pontificado”, diz Guicciardini, “acreditou-se que fosse castíssimo; mas descobriu-se oportunamente que se dedicava excessivamente, e a cada dia com menos vergonha, àqueles prazeres que com honestidade não se pode nomear”.¹⁹⁷ Note-se, aqui, a oposição entre os “primeiros tempos”, onde a dissimulação foi efetiva, e a revelação progressiva do caráter de Leão X. Pode-se remeter, nesse sentido, à máxima 44 dos *Ricordi*, ela mesma um diálogo com *O Príncipe* de Maquiavel: “façam tudo para parecer bons, pois serve para infinitas coisas: mas, já que as opiniões falsas não duram, dificilmente conseguirão parecer bons por longo tempo se não o forem realmente”.¹⁹⁸ Já o papa Clemente VII, primo de Leão, “era de natureza grave, diligente, nos negócios, alheio aos prazeres, moderado e parcimonioso em todas as coisas”.¹⁹⁹ Este, nos tempos de cardinalato, havia de tal modo superado os “contratempos e dificuldades que teve”, que, ao ser eleito papa, apenas dois anos após a morte de seu primo, despertou um “juízo universal de que seria o maior pontífice e de que faria coisas que jamais alguém havia feito antes”.²⁰⁰ Este juízo, porém, não veio a se confirmar, simplesmente porque as habilidades decisórias e a prudência de Leão X superavam e muito as de Clemente VII: “em Leão havia mais habilidade que bondade”.²⁰¹ Já Clemente,

embora tivesse intelecto muito capaz e possuísse maravilhoso conhecimento de todas as coisas do mundo, todavia não correspondia na resolução e na execução; porque, impedido não somente pela timidez do ânimo, que nele não era pequena, e da cupidez de não gastar mas também de uma certa irresolução e perplexidade que

¹⁹⁶ Idem. “non dico di bontà apostólica, perché ne’ nostri corrotti costumi è laudata la bontà del pontefice quando non trapassa la malignità degli altri uomini; ma era riputato clemente, cupido di beneficiare ognuno e alienissimo da tutte le cose che potessino offendere alcuno”.

¹⁹⁷ Idem, *Ibid.*, XVI, 12, p. 1667. “Credettesi per molti, nel primo tempo del pontificato, che e’fussi castissimo; ma si scoperse poi dedito eccessivamente, e ogni dí piú senza vergogna, in quegli piaceri che con onestà non si possono nominare”.

¹⁹⁸ GUICCIARDINI, Francesco. *Ricordi*, máxima 44, p. 71. Sobre esta questão, afirma Newton Bignotto: “a tendência dos homens de julgar pelas aparências, mesmo quando elas encontram forte apoio na realidade, se mostra falha exatamente por não recompor a complexidade do real e por conter a pressuposição de que é possível analisar a história a partir de proposições universais e abstratas”. BIGNOTTO, Newton. *Republicanism e Realismo. Um perfil de Francesco Guicciardini*, p. 63.

¹⁹⁹ GUICCIARDINI, Francesco. *Storia d’Italia*, XVI, 12, p. 1667. “Perché essendo Giulio di natura grave, diligente, assiduo alle faccende, alieno da’piaceri, ordinato e assegnato in ogni cosa”.

²⁰⁰ Idem. *Ibid.*, XVI, 12, p. 1668. “dove entro con tanta aspettazione che fu fatto giudizio universale che avesse a essere maggiore pontefice e a fare cose maggiori che mai avesse fatte alcuni di coloro che avevano insino a quel dí seduto in quella sedia”.

²⁰¹ Idem. “Perché in Liono fu di grande lunga piú sufficienza che bontà”.

lhe eram naturais, manteve-se quase sempre incerto e ambíguo quando era conduzido à efetivação do que havia há muito previsto, considerado e praticamente resolvido.²⁰²

Aqui, como na análise de Alexandre VI, a capacidade de deliberar adequadamente e executar as decisões com celeridade é o ponto central na caracterização dos agentes, que são julgados mais pelo critério dos efeitos de suas ações que pela bondade ou amor à *res publica*. Existe, porém, uma tensão irresoluta neste tipo de abordagem, uma vez que o ideal guicciardiniano permanece atrelado à concepção ciceroniana de bom governo. Daí a melancolia de suas reflexões e a resignação diante do imponderável, associadas à constatação da imensa variedade das coisas do mundo e da quase impossibilidade de controlar as próprias ações. Os que são prudentes possuem vícios de caráter; os que são graves e bons têm medo de tomar decisões. Não existem, na *Storia d'Italia*, modelos de homens prudentes que tenham podido controlar plenamente os resultados de suas intervenções, exceção feita a Lorenzo de' Medici, cuja morte constitui exatamente o ponto de partida de Guicciardini. Ao mesmo tempo, a prudência, como valor máximo de orientação no “mar agitado pelos ventos”, não só não é descaracterizada como constitui o efetivo fio condutor da *Storia d'Italia* – como se Guicciardini precisasse afirmar a *diritta via* mesmo sabendo que os valores que sempre defendera já não podiam se realizar.

²⁰² Idem. “E ancora che avesse lo intelletto capacissimo e notizia meravigliosa di tutte le cose del mondo, nondimeno non corrispondeva nella risoluzione ed esecuzione; perché, impedito non solamente dalla timidità dell'animo, che in lui non era piccola, e dalla cupidità di non spendere ma eziandio da una certa irresoluzione e perplessità che gli era naturale, stesse quasi sempre sospeso e ambiguo quando era condotto alla determinazione di quelle cose le quali aveva da lontano molte volte previste, considerate e quali risolte”.